

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

ROWLAND, Robert Lewis . Robert Lewis Rowland (depoimento, 2010). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 25min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Robert Lewis Rowland  
(depoimento, 2010)**

Rio de Janeiro

2020

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** História de vida

**Entrevistador(es):** Karina Kuschnir; Thais Blank;

**Técnico de gravação:** Marco Dreer Buarque;

**Local:** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

**Data:** 13/09/2010

**Duração:** 2h 25min

Arquivo digital - áudio: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida”, com financiamento do Programa de Cooperação em matéria de Ciências Sociais para os países da comunidade de Língua Portuguesa (Programa Ciências Sociais CPLP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para ter acesso à transcrição e ao vídeo da entrevista [clique aqui](#).

**Temas:** Antropologia; Assuntos familiares; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento; Centros de pesquisa; Ciências Sociais; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Congressos e conferências; Economia; Estruturalismo; Fascismo; Florestan Fernandes; Formação acadêmica; História do Brasil; História social; Identidade nacional; Inglaterra; Instituto Joaquim Nabuco; Itália; Língua portuguesa; Luiz Jorge Werneck Vianna; Obras de referência; Pesquisa científica e tecnológica; Região Nordeste; Revolução de 1930; Sociologia; Universidade de Cambridge;

## *Sumário*

*Entrevista:* 13.09.2010

Arquivo 1: A questão da sua identidade; origens familiares; primeiros estudos na Inglaterra; a especialização em estudos clássicos em Cambridge; o interesse em poesia oral do nordeste brasileiro; o trabalho de campo no Brasil sobre os cantadores de viola e cordel, em 1965, com estadia no Instituto Joaquim Nabuco; a mudança do objeto de pesquisa: do nordeste do Brasil para o sul da Itália; os interesses nos estudos europeus; a entrada na posição de Lecturer with responsibility for interdisciplinary studies na Escola de Estudos Europeus da Universidade de East Anglia (1970-1975); a sociologia em Cambridge; o contato com Edmund Leach e as perspectivas estruturalistas; os interesses pela relação entre antropologia e história social; a reestruturação do curso de história social na Universidade de East Anglia, introduzindo a antropologia na grade; obras consideradas importantes por Rowland; o contato com Florestan Fernandes e Luis Werneck no Brasil; a vinda para o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), onde passou seis meses estudando a questão da Revolução de 1930; o fracasso do departamento interdisciplinar na East Anglia e a posterior volta ao Brasil.

Arquivo 2: A queda do fascismo português em 1974; a ida da Inglaterra para Portugal, para ser professor de história econômica na Faculdade de Economia do Porto; o projeto de criação do departamento de ciências sociais na Faculdade de Economia; a continuidade das ciências sociais no Iscte; a ida de Rowland para o Iscte (Lisboa), a convite do Professor Sedas Nunes; a docência em metodologia das ciências sociais; a introdução da cadeira de Antropologia das Sociedades Complexas dentro do curso de sociologia e a relação com a história; o convite para a criação de um centro de pesquisa no Instituto Gulbenkian, em Oeiras (Portugal); a passagem do Iscte para a Universidade Nova de Lisboa; o projeto de criação de um departamento de antropologia na Universidade Nova; a crise do Iscte e a criação de duas novas licenciaturas, antropologia e administração social; pensamentos sobre o curso de ciências sociais; o processo de Bolonha (2000), nos países europeus, e suas implicações; a utilidade social e a imagem pública das ciências sociais em Portugal; repensando as ofertas de curso nas ciências sociais e seu papel em termos de sua presença

social; os ex-alunos formados pelas primeiras turmas do Iscte no final dos anos 90; as influências de Moses Finley, Edmund Leach, e os professores da faculdade de economia; iniciativas isoladas no Brasil de uma sociologia luso-afro; a ida como professor para o Instituto Universitário Europeu, em Florença; os contatos com brasileiros pesquisadores em Portugal; o convite, por Lilia Schwarcz, para fazer um curso de antropologia histórica na USP; as relações históricas entre Brasil e Portugal e a construção de identidade brasileira.

Arquivo 3: A participação no congresso Luso-Afro-Brasileiro; as discussões sobre a criação de uma associação em ciências sociais dos países de língua portuguesa; a relação entre línguas e produção de teoria; o uso da língua portuguesa como meio de comunicação e produção teórica; a presidência da Associação Portuguesa de Antropologia (APA); a criação do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA); a necessidade de fomentar pesquisas conjuntas entre Portugal e Brasil; a comunicação de cientistas sociais de língua portuguesa e o estabelecimento de laços entre os estudiosos de diferentes países.

*Entrevista: 13.09.2010*

Karina Kuschnir – A gente costuma fazer uma gravação e mais um áudio de segurança separado para não ter o risco de... Ok? Podemos começar? Eu vou fazer só um cabeçalho... Então, como a gente estava conversando [risos] agora há pouco, eu acho que é inevitável essa primeira pergunta sobre a sua identidade, que é sempre classificado de várias formas, tem um nascimento... Enfim, a gente queria te ouvir um pouco sobre isso, se você podia...

Robert Rowland – Talvez a melhor definição tenha sido dada por um funcionário do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt, em São Paulo, quando eu fui renovar a identidade em 1987. Eu tinha acabado de chegar de Portugal, durante os primeiros dois dias depois de chegar de Portugal, estou com sotaque português, depois vai desaparecendo e eu fui e disse que moro na Europa, tenho a identidade antiga daquelas verdes, precisava mudar, ele me deu os formulários para preencher, disse que era preciso duas fotografias três por quatro, apresentei, o homem olhou, olhou para mim e disse: “o seu nome é mesmo esse aqui?”. Eu disse “é”, virou para o colega ao lado e disse: “Primeira vez que eu vejo um português com nome de americano” [risos]. Isso acaba por sintetizar o problema que de fato não dá para caber em qualquer das gavetas do arquivo. Fui criado no Brasil, fui alfabetizado em português, saí muito novo com 13 anos, sempre me considerei brasileiro, sempre tive o projeto de voltar, que acabei por várias razões nunca concretizar e sempre mantive uma ligação através da minha família em São Paulo e através de amigos, colegas, sobretudo na USP, através de pesquisas que fui fazendo, fiz uma nos anos 1960, outra nos anos 1970, e assim por diante, de maneira que sempre mantive uma ligação. E para mim a pergunta não tem muito sentido. Só que uma vez que vocês querem classificar as pessoas numa gaveta ou na outra, tem que abrir uma terceira para o [propriamente] para mim. [risos]

K.K. –E como foi... Por que o nome então? Esse nome de americano de verdade...

R.R. – Esse nome americano... O meu bisavô era inglês. Inglês filho de irlandês. Tanto quanto eu consegui saber, o meu trisavô era um irlandês, nasceu no ano de 1800, casou em Liverpool em 1920, provavelmente terá sido um os trabalhadores imigrantes irlandeses que foram ajudar no começo da revolução industrial. Ele trabalhou na construção da segunda

estrada de ferro, estrada de ferro de [inaudível], eu tenho um documento em que eles dizem que ele trabalhou muito bem, foi despedido porque a estrada de ferro chegou até o destino e por isso foi despedido, mas se alguém mais quiser algum dia fazer uma estrada de ferro, podem empregá-lo, que é um homem de confiança. Ele continuou trabalhando nas ferrovias, estava trabalhando na construção da estrada de ferro Londres-Brighton, em 1840, quando nasceu meu bisavô, que continuou ferroviário e por volta de 1870, imigrou para o Brasil, ainda solteiro, para ajudar na construção da Santos-Jundiaí, onde casou com uma filha de um encadernador escocês e se integrou na comunidade dos ingleses de São Paulo ligados à estrada de ferro, que era uma comunidade muito fechada - a minha foi a primeira geração em que algumas pessoas casaram fora da comunidade inglesa. Na geração do meu avô, mais ou menos metade casaram com ingleses ou inglesas, a outra metade casou com brasileiros ou brasileiras e essa outra metade separou-se completamente; os meus pais nunca tiveram contato com os primos... Os filhos desses tios que desapareceram, como eles diziam. E era uma comunidade muito fechada, de maneira que quando eu nasci, fiquei logo com nome inglês e seguindo o que tinha sido a prática do pai dele, por volta de 1930, o meu pai foi mandado para a Inglaterra para ficar interno em um colégio para aprender bem inglês. E ficou lá uns três anos, e depois teve que voltar e começou a trabalhar em [inaudível], em São Paulo. Mas ele achou que essa experiência tinha sido muito importante para ele, de maneira que me mandaram para a Inglaterra para um colégio quando eu tinha 13 anos e a ideia era que eu ia ficar lá um ano e meio, dois anos, aprender bem inglês e voltar para o Brasil. Só que chegando lá fiz um concurso, ganhei uma bolsa que me pagou todo o secundário no colégio interno. Quando acabei, ganhei outra bolsa, fui para Cambridge e acabei ficando.

K.K. – Na Inglaterra?

R.R. – É, fiquei na Inglaterra... Até 1975... Eu fui em 1958... Estive fora entre 1968 e 1970 que eu estava fazendo um trabalho de campo na Itália... E depois em 1975, na altura minha ex-mulher era portuguesa, depois [inaudível] em Portugal ela quis voltar e eu também resolvi apostar e me transferi da Inglaterra para Portugal em 1970 e... Aceitei o convite em 1974, mas só saiu o contrato em 1975.

K.K. – E já na sua família nessa geração como o senhor mencionou, na sua... A ideia de fazer uma faculdade já era estabelecida, já estava dada, ou foi...?

R.R. – Não, eu tenho alguns primos que acabaram por fazer, geralmente tarde. A minha irmã também fez, mas também fez tarde, ela começou trabalhando, etc., e mais ou menos na família eu fui o primeiro. E fiz porque estava fora e isso fazia parte do trajeto, fiquei na Inglaterra com uma bolsa e ninguém joga fora uma bolsa para Cambridge...

K.K. – Claro.

R.R. - Que foi ficando...

K.K. – E como foi essa opção na hora de escolher dentro da passagem do colégio para universidade uma área para... Ou não houve, ou...? Como se deu essa...?

R.R. – Houve uma escolha pela indefinição. Eu estava no colégio, tinha que fazer uma opção e o secundário na Inglaterra na altura era extremamente especializado: os outros dois, três anos, são só numa área muito restrita.

K.K. – Qual cidade que foi feito seu secundário... E qual colégio?

R.R. – Isso foi num colégio chamado Epsom College, que é um colégio dessas Publics Schools mais ou menos de segunda categoria, pertence à [The Royal] Medical Foundation, foi criada como um colégio para órfãos e médicos, portanto é muito mais um colégio de profissionais do que os colégios...

K.K. – Acadêmicos.

R.R. – Não, mais tradicionais, [inaudível] e os outros. E as opções que eu tinha eram mais ou menos ciências naturais, onde eu tinha as melhores notas, eventualmente... Literatura inglesa ou história e também tinha boas notas em estudos clássicos. E tinha uma grande vantagem que era o fato de haver pouca gente que ia para essa área e de haver muitos professores

porque fazia parte da tradição do colégio, de maneira que eu tinha garantido uma turma de seis pessoas com cinco ou seis professores. E eu achei que isso era um ambiente que me agradava e eu fiz a especialização em estudos clássicos e entrei para Cambridge com uma bolsa em estudos clássicos. Partindo sempre do princípio que é uma área que não serve para nada... Mas serve para treinar, segundo a velha tradição, matemática e clássica servem para treinar a mente e podem depois servir para qualquer coisa. Na altura, uma vez já em Cambridge, comecei a pensar em termos de uma carreira acadêmica e tinha um projeto de fazer pesquisa com um dos meus professores com quem me dava bastante bem, que era o Moses Finley, o especialista em história agrária do mundo antigo. Isso era começo dos anos 1960, eu estava acompanhando o processo aqui no Brasil e resolvi que queria fazer um doutorado com Moses Finley sobre as reformas agrárias em Atenas, um pouco porque era um assunto que me interessava diretamente por causa do processo aqui no Brasil. Por razões burocráticas em Cambridge, eu não poderia fazer isso sem passar primeiro por todo um processo de especialização com outro professor que eu detestava. E nessa altura estava mais ou menos indefinido e acabei por dar o salto e resolver dar seguimento a uma pesquisa que eu tinha começado que era sobre a poesia oral do Nordeste brasileiro e ia para o departamento de economia e sociologia. Foi o que eu fiz. Fiz a primeira parte em Cambridge em clássicas, e depois fiz um daqueles saltos que ainda era permitido naquela altura e passei para a faculdade de economia e sociologia e acabei por formalizar um projeto de doutorado que ia ter como orientador o Edmund Leach, que seria justamente a continuação desse projeto sobre o Nordeste. O projeto que nasceu de uma coisa puramente casual, quando eu ainda estava no colégio, não sei bem porquê - eu estive tentando lembrar, mas não me lembro- o meu pai me mandou uma separata de um artigo do folclorista Alceu Maynard Araújo, que se chamava “A Congada Nasceu Em Roncesvales”, que era um artigo sobre a congada paulista e o fato de a história do Carlos Magno, dos pares de França, etc., apesar de estar relacionado às histórias do rei do Congo, ser de fato baseado na *Chanson de Roland*, uma tradição francesa medieval. Bom, [chamado Rowland], tendo um interesse muito grande por questões de identidade brasileira etc., ainda no colégio, eu fiz um pequeno trabalho para um grupo de discussão que tinha, exatamente sobre isso, tentando explicar as questões de tradição e reprodução que eram levantadas por essa combinação de França Medieval, rei do Congo e as tradições brasileiras.

K.K. – Era cordel também?



R.R. – Era... Nessa altura, esse artigo era do Maynard Araújo, era sobre a congada em São Paulo. Só que continuei lendo coisas nessa área e descobri o cordel. E descobri que no cordel também tinham as histórias carolíngias. Eu estava nessa altura já cursando clássicas, um dos assuntos que estava sendo discutido na altura em estudos clássicos era a questão da composição oral em Homero e Hesíodo e os autores que estudavam esse assunto estavam fazendo paralelos com a poesia oral dos [inaudível] na Iugoslávia. Estavam a fazer um paralelo entre a primeira fase da poesia grega, que seria oral e os épicos orais da Iugoslávia, do começo do século XX. E eu pensei “Bom, no Nordeste do Brasil tem uma tradição medieval em que tem poetas orais hoje em dia e em que tendo a referência do ponto de origem, seria possível estudar o efeito do processo de composição oral sobre as inovações temáticas”, uma coisa que não era possível fazer no caso dos iugoslavos. E apresentei um projeto de pesquisa sobre isso quando ainda estava fazendo o curso, ganhei uma bolsa que me permitiu organizar uma visita ao Nordeste para fazer um trabalho de campo sobre isso. Na altura, por acaso, passou por Cambridge Gilberto Freyre, que me foi apresentado porque eu conhecia o diretor do serviço brasileiro da BBC, que estava acompanhando Gilberto Freyre na altura e que me conhecia. Falei sobre o projeto com o Gilberto Freyre e disse “ah, mas você vem para o Instituto Joaquim Nabuco”, de maneira que com a bolsa de Cambridge e com estadia no Joaquim Nabuco eu fiz um trabalho de campo em 1965 sobre... Basicamente sobre os cantadores de viola, sobre cordel e inicialmente ia ser sobre essa questão da inovação temática e dos efeitos da composição oral. Só que em contato com o Nordeste, em 1965, com o cordel que não era só Carlos Magno, mas *muito* mais - tinha a morte e Kennedy, tinha a morte de Getúlio Vargas, tinha uma série de outras coisas, tinha o começo do Cordel político -, acabei fazendo um trabalho sobre o papel da literatura de cordel e dos cantadores com sua composição oral como rede de comunicação e de filtragem e de lógica para população do Nordeste em termos de... Era uma via de acesso que eles tinham através das rádios locais, quando ainda não tinha televisão, para saber o que passava no mundo lá fora e, entretanto, por causas das características do meio de comunicação, eles acabavam por ver o mundo lá fora de uma maneira que filtrava tudo aquilo que eles não podiam entender, de maneira que acabava sendo um meio de comunicação extremamente conservador. E quando voltei à Cambridge, eu estava nessa altura estudando economia e sociologia, os professores de sociologia ficaram muito interessados nisso, me encorajaram em apresentar uma

comunicação sobre isso no Congresso de Sociologia em [Envian] em 1966 e foi a partir daí que elaborei o projeto que iria ser um projeto de doutorado. Na altura eu estava frequentando as aulas do Leach, que se mostrou muito interessado pelo problema, mas disse: “No meu departamento eles não acham que camponês do Nordeste seja antropologia... Não é tribal, não é africano, você teria alguma dificuldade de entrar na antropologia em Cambridge nessa altura, o melhor é fazer o doutorado em sociologia, mas eu posso orientar”. De maneira que quando acabei o curso tinha esse projeto para fazer e aí eu descobri uma coisa que eu desconhecia que era que as bolsas de doutorado do governo inglês exigiam que o candidato tivesse o avô paterno nascido na Inglaterra. O meu avô materno era escocês, mas o paterno tinha nascido em Campinas. De maneira que eu encontrei de repente com o projeto e sem bolsa e tendo que arranjar uma maneira para viver. Na altura, tinha vários contatos, tinha um projeto que depois não se concretizou para vir para o Museu Nacional, através do Richard Adams, que tinha passado por Cambridge, estabeleceu contato com [inaudível] e com Roberto Carlos de Oliveira, para ver se meu projeto de enquadraria no projeto Brasil Central, que estava sendo organizado nessa altura, a resposta era clara: não. O projeto Brasil Central não era sobre camponeses e cantadores do Nordeste. Mas falou-se nessa história e se eu tivesse vindo nessa altura, teria tido como colega o Gilberto Velho, que nessa altura estava começando no Museu.

K.K. – Tem exatamente a sua idade.

R.R. – Sim. E... Procurei várias seitas e de repente apareceu um anuncio para alguém que quisesse tomar conta de um projeto de pesquisa de antropologia econômica do desenvolvimento no sul da Itália. Bom, eu tinha passado pela faculdade de economia, na faculdade de economia me tinha até certo ponto especializado em economia do desenvolvimento, economia do desenvolvimento regional, tinha feito um trabalho comparando o nordeste com o sul da Itália e também com a zona do Glasgow na Escócia, para tentar explicar que desenvolvimento ou subdesenvolvimento regional não é a mesma coisa, depende muito do contexto mais sociológico e, sobretudo, histórico e também sabia italiano. E esse projeto estava baseado na Universidade de Kent, em Canterbury. O que tinha acontecido é que o primeiro catedrático de sociologia e antropologia em Kent, um homem chamado Paul [Starling], tinha feito o seu doutorado com Evans-Pritchard sobre uma aldeia

na Turquia. E tinha feito parte do grupo [inaudível] Economics no começo dos anos 1960, tinha começado a criar uma escola de antropologia do mediterrâneo. Quando ele foi para Kent para organizar o departamento, organizou um departamento em que a parte antropológica era composta quase exclusivamente ou exclusivamente por mediterraneanistas. E resolveu organizar um programa de pesquisas nessa área. Juntamente com um colega que tinha feito doutorado de antropologia econômica algures no Pacífico - não me lembro aonde. Elaboraram um projeto para aplicar as problemáticas da antropologia econômica daquela altura. Eram as coisas do Firth, sobre aplicação dos conceitos econômicos de capital, poupança, crédito a contextos não mercantis... Há um estudo sobre o esforço do governo italiano para promover o desenvolvimento do sul. E achavam que antropologia econômica podia fazer coisas interessantes nessa área. Organizaram o projeto, que depois eu vim a ver que de fato não estava muito bem pensado, mas organizaram o projeto, conseguiram o financiamento, já tinham o antropólogo para fazer o projeto e nesse momento a mulher do antropólogo engravidou. E decretou “*no more fieldwork*” [risos]. De maneira que a Universidade ficou com... Tinha um projeto, tinha dinheiro e não tinha o antropólogo. E conseguiram autorização para abrir um concurso, que era um concurso esquisito, para alguém que quisesse ir colocar-se na pele do outro antropólogo, refazer o projeto a sua maneira e - estava procurando qualquer coisa-, me candidatei e consegui o lugar de maneira que de repente dei o salto do nordeste do Brasil para o sul da Itália e acabei fazendo dois anos de trabalho de campo. O projeto inicial não tinha sido muito bem pensado porque a problemática da antropologia econômica tal qual como tinha sido pensada tinha muito pouco que ver com os esquemas de desenvolvimento que envolviam muita corrupção política, as ligações entre financiamentos, localização de indústrias e os financiamentos por essas mesmas indústrias, a democracia cristã da Itália, de maneira que o que ia ser um projeto micro de antropologia econômica em um contexto de desenvolvimento regional transformou-se no estudo impublicável sobre a organização da corrupção no interior da democracia cristã no sul da Itália. Impublicável por um lado porque todas as informações que eu continha, que eu tinha conseguido arranjar, eram informações que comprometiam os meus informantes. E por outro lado, porque a legislação italiana sobre difamação não prevê, ou não previa na altura, que a verdade dos fatos fosse uma atenuante ou uma defesa. Então qualquer pessoa que publicasse alguma coisa que pusesse em causa a honra de um público oficial, mesmo que fosse verdade, estaria culpado. Era impossível explicar como funcionava a máquina da democracia cristã

[riso] sem comprometer os informantes, sem pisar o risco nesses termos e essa parte da pesquisa nunca ficou publicada, publiquei só a parte histórica. E na altura em que já não teria havido problema, na altura em que a democracia cristã italiana desmoronou, que foi o processo das mãos limpas, etc., o que eu tinha descoberto na altura em 1970 já não era novidade. De maneira que acabou sendo uma coisa, tem um relatório que está em um dos porões da British Museum - não sei onde - e mais nada, tirando esse estudo histórico. O que tinha acontecido durante o projeto foi que eu tinha entendido que não era possível fazer antropologia ao nível local sem tentar estudar a articulação entre os diferentes níveis, era uma espécie de desenvolvimento e aprofundamento das problemáticas do Eric Wolf em termos do que na altura se chamava de antropologia das sociedades complexas; e uma das coisas que acabei por tentar aprofundar era como é que se tinha dado o desenvolvimento das formas de articulação política entre o local e o regional e o nacional nos últimos cem anos. E o que acabou por constituir uma das partes mais interessantes do projeto foi uma reconstituição das relações entre a tomada do poder pelo fascismo ao nível nacional, que era um movimento de massa de pequena burguesia, etc. e o que aconteceu a nível local, em que as estratégias eram todas interpessoais e em que as duas histórias não batiam certo, mas em que era preciso levar em linha de conto o que aconteceu a nível local para explicar o nacional. Portanto começou a ser de fato em 1970, que foi na altura em que escrevi as primeiras coisas sobre isso, uma versão um pouco [inaudível] das coisas da micro-história italiana que se desenvolveram mais tarde. De fato, Giovanni Levi, de quem sou muito amigo, que vim a conhecer mais tarde, tem um paralelo muito grande entre aquilo que eu fiz na altura para o século XIX e XX e aquilo que ele fez no livro sobre a carreira do exorcista na herança imaterial para o século XVII. Com isso, era como na questão da identidade nacional, já não sabia onde me colocar... E o Paul [Starling] - eu ainda não tinha acabado o trabalho de campo - me mandou o anúncio que tinha saído no jornal que a Universidade East Anglia tinha resolvido criar uma sessão interdisciplinar na escola de estudos europeus e tinham aberto um concurso para alguém para começar a formar essa sessão. Portanto tinha que ser alguém na área de ciências sociais, sem especificar uma disciplina específica, que tivesse experiência de trabalho interdisciplinar e que pudesse formular um projeto. E o concurso nesse sentido era um concurso completamente aberto. Me apresentei e não tive mais notícias. Tinha me candidatado a outras coisas, o tempo ia passando, depois de repente, passados vários meses, me mandam uma carta me convocando para uma entrevista. Vou para entrevista, entro na sala, invés das entrevistas

normais, nos concursos ingleses, que é um grupo de cinco, no máximo dez pessoas, tinha umas 40 pessoas sentadas na mesa. Já que era interdisciplinar, [risos] todos os departamentos queriam estar representados de maneira que eu tinha quase a faculdade toda ali para me entrevistar. E pensaram: “sim, muito interessante, você estuda antropologia, mas como é que antropologia pode ajudar para fazer uma coisa de interesse para os estudos europeus”. E na altura tive assim uma espécie de *flash*, uma coisa que eu não tinha pensado especificamente até então, pediram um exemplo de uma área em que antropologia pode explicar um processo contemporâneo e não antropológico. E me lembrei que a corrupção da democracia cristã do sul da Itália é um sistema de crenças circular que se auto-confirma e que o melhor modelo de um sistema de crenças que funciona desta maneira é a feitiçaria azande do Evans-Pritchard. Uma coisa que eu mais ou menos improvisei na altura, com aquela gente toda na minha frente, mas acabou por convencer e acabaram por me dar o lugar. Depois eu entendi o que se tinha passado, tinha havido vários candidatos, mas um deles era obviamente tão melhor que os outros que simplesmente resolveram começar negociando diretamente com ele, sem entrevistar mais ninguém. Esse candidato era o George Devereux, mais ou menos o fundador da etnopsiquiatria, extremamente interdisciplinar, que na altura - isso foi em 1969, 1970 - estava convencido que a França ia tornar-se fascista e que ele ia fugir para a Inglaterra. Se apresentou, era um homem que tinha trabalhado em psiquiatria, em antropologia, que ainda por cima estava fazendo um estudo sobre os mitos gregos e uma série de outras coisas, obviamente era o candidato mais indicado... Negociaram a categoria, negociaram o salário; ele pediu um emprego para mulher ensinando piano em Norwich, também arranjaram, e depois... Ah, também queria continuar com seminário em Paris de 15 em 15 dias, disseram que sim, só que tinha que ser de graça e ele é que tinha que pagar as viagens, concordaram isso e depois como uma espécie de última coisa... “Ah sim, é verdade, eu quero abrir uma clínica psiquiátrica aqui em Norwich”. Ele não tinha qualificações reconhecidas na Inglaterra, não era possível, de maneira que ele acabou por não ir. E foram entrevistar os outros candidatos que tinham ficado esperando e foi assim que acabei saindo de um lugar que já não era muito antropológico, mas que era em um departamento de antropologia, para um lugar que era especificamente rotulado de Lecturer with Responsibility for interdisciplinary Studies, que era ótimo, porque eu fazia o que eu queria.

K.K. – E como você... No seu currículo você apresenta mestrado por Cambridge...

R.R. – Hm... Não.

K.K. - Ou não...?

R.R. – Não. Naquela altura em Cambridge quase...

K.K. – Seu vínculo já...

R.R. - Não. Naquela altura em Cambridge quase não havia mestrado. Basicamente eu ainda sou da geração em que o doutorado não era preciso a não ser para aqueles que não conseguiam entrar de outra maneira. E, portanto, o esquema em Cambridge era de que os melhores alunos podiam candidatar-se a um fellowship de um College, que durava três anos, podiam fazer um doutorado ou não, tanto fazia, dependia muito das áreas e depois de um período de três anos ou eram cooptados como professores em Cambridge ou iam procurar um emprego em outra Universidade. Na altura em que eu concorri para East Anglia para esse emprego interdisciplinar, também me apresentei a dois concursos para um *college* em Cambridge. E estava na lista dos pré-selecionados, de maneira que nunca se colocou a questão de eu precisar de um doutorado. Porque já tinha passado por isso. É muito difícil explicar isso hoje em dia, em que um pedaço de papel é necessário para tudo, mas de fato o que eu tenho é uma graduação, que nem sequer é em qualquer matéria muito específica, porque em Cambridge na altura ainda tinha a graduação em Artes Medieval, que é em clássicas economia e sociologia, apesar de ter estudado também antropologia, depois ter feito outras coisas.

K.K. – Mas uma coisa interessante... Só um detalhe, mas... Da sua fala, que me interessa particularmente... O Leach, para a minha visão, ele justamente quebra um pouco com a ideia da... Essa ideia da... Quer dizer, ele quebra não, ele encara a ideia da complexidade dentro da antropologia. E ele justamente foi aquele que disse: “olha, eu oriento, mas os meus colegas não entendem que isso é antropologia”. Então esse ambiente da antropologia estava mudando, não é... A ideia...

R.R. – Estava.

K.K. - Ele era uma figura marcante, assim, para todos vocês, ou era um grupo específico que...?

R.R. – Representava um grupo específico. Mas ele tinha muito prestígio entre os alunos, ele tinha algumas aulas mais técnicas e tinha algumas aulas em que falava de questões gerais da antropologia, começava explicando como é que era o estruturalismo, porque ele é visto, apesar de ser estruturalista e, portanto, bom, estava errado quando tratava do parentesco entre os [Kati], etc., eram aulas divertidíssimas, em que dizia mal de tudo e de todos e nesse sentido era uma figura muito carismática. No interior do departamento, ele tinha um interesse muito grande por questões analíticas, teóricas e pela complexidade, exatamente. Mas era uma figura relativamente marginal porque o chefe do departamento, o catedrático, era o [inaudível], o [inaudível] era, na altura, um jovem [Jakuri] e a escola africanista ainda era dominante nessa altura. As coisas acabaram por mudar muito rapidamente depois.

K.K. – Então fazendo os estudos na área de sociologia, essa opção por trabalho de campo, a ideia mesmo do *fieldwork*, fazia... Era a sua colagem pessoal ou de alguma forma isso estava no horizonte de quem estava nessa grande área...?

R.R. – Não, a sociologia em Cambridge estava começando nessa altura e acabou por se estabelecer fundamentalmente em termos da sociologia industrial. A figura mais importante naquela altura em Cambridge era o John Goldthorpe com seu estudo sobre consciência de classe dos operários industriais ingleses. O David Lockwood também foi professor nessa altura... Em sociologia política eu ainda apanhei o Ralph Miliband como visitante, ele estava em Londres, mas estava lá. Mas a sociologia era uma coisa extremamente marginal dentro da faculdade de economia. A faculdade economia oficialmente chama-se “faculty of economics and [inaudível] of social political sciences” - cabia lá tudo. Mas a sociologia estava começando e para fazer um doutorado no departamento de sociologia na altura eu podia fazer o que eu quisesse, desde que eu tivesse um orientador, e eles aceitavam o Leach vindo de fora, não tinha ninguém no departamento de sociologia interessado em sociologia rural ou política, etc., simplesmente porque o que eu queria fazer se situava a meio terreno entre a

sociologia, porque é uma sociedade complexa e os interesses da antropologia, sobretudo do Leach, que era uma pessoa extremamente aberta nesse sentido. Mas o meu contato com o Leach inicialmente teve a ver com o fato de nas primeiras abordagens que eu fiz dos cantadores e numa outras coisas que também tinha feito sobre poesia latina, eu tinha começando aplicando perspectivas estruturalistas, as representações simbólicas, aos fenômenos simbólicos no mundo antigo. Tem um artigo que acabei por nunca publicar que é sobre o mito de Cleópatra na literatura antiga, uma análise estruturalista, com triângulos e tudo. E foi inicialmente através desses estudos que fiz o contato e comecei conversando com o Leach, que depois se interessou por outra coisa, porque na maneira como eu concebia o estudo sobre os cantadores, tinha uma dimensão simbólica extremamente forte.

K.K. – Por que eu estou... Fiz uma... Abri essa área de questões... Porque um dos interesses do projeto é entender um pouco as concepções de cursos de ciências sociais; diferentes concepções e comparar.

R.R. – Bom, o que eu fiz não serve para isso. De certa forma tive muita sorte porque apareci num momento em que as coisas não estavam definidas e em que eu não tive que escolher entre padrões já pré-estabelecidos, eu pude de certa maneira ir moldando as coisas à medida que eu ia fazendo.

K.K. – Quais eram assim os textos que mais te fascinaram nessa época, que você vem como você disse, de uma experiência de colégio em que as ciências naturais eram sua grande paixão, não é? Ou uma das.

R.R. – Não, as ciências naturais eram simplesmente as áreas em que tinha melhores notas.

K.K. – Ah, sim então, minha interpretação... [risos]

R.R. – Mas eu não... Nunca me interessaram muito.

K.K. – E depois então na faculdade as monografias, as etnografias, como foi assim em termos de autores, você mencionou *Os azande* como, não é?... Foi chave na sua entrevista...



R.R. – Sim, mas isso fazia parte, digamos, do tirocínio. O que na altura me interessava mais eram as monografias de comunidades rurais. E os problemas que me interessavam essencialmente eram aqueles que tinham que ver com articulação entre o local e o regional e o nacional e, portanto, as relações entre antropologia e história - e história social. Aliás, quando fui para East Anglia, para esse lugar interdisciplinar, passados dois anos, a Universidade resolveu que de fato eu tinha sido um luxo, e que eles não iam ter dinheiro para desenvolver um departamento interdisciplinar porque nós não iríamos poder recrutar alunos diretamente, de maneira que disseram: “Temos muita pena, vocês juntem seus departamentos que existem”. Eu tinha na altura um colega que era especialista nas religiões estáticas do mundo antigo, era um outro aluno do Finley. Ele acabou dando aulas sobre tragédia no departamento de literatura. E eu passei desse nosso departamento que não chegou a existir para o departamento de história europeia, onde reestruturamos o curso de história social, introduzindo como elemento obrigatório a partir do primeiro ano, a antropologia, ou seja, todos os alunos de história, que fizessem a opção em história social europeia, tinham que estudar antropologia comigo no primeiro ano e depois fazer uma *special subject* sobre um tema específico antes de acabarem o curso. E a *special subject* que eu fazia era justamente a caça às bruxas na Europa, no século XVI e XVII, isso foi o desenvolvimento daquela ideia sobre os azande e é uma das áreas das quais trabalhei. Mas desde então e de fato mesmo antes quando eu estava fazendo trabalho na Itália, o interesse era uma contextualização histórica dos processos estudados pela antropologia em um contexto não tribal.

K.K. – O próprio Finley tem um diálogo muito grande com a antropologia...

R.R. – Tem, tem.

K.K. - Não é meu forte, mas eu conheço alguma coisa dele... Mas você lia as monografias, essas monografias brasileiras também ou feitas por aquelas pessoas como Wilhelm, como Edgley que estavam aqui?

R.R. – Nessa altura...

K.K. – Ou isso era muito distante? Estava ainda muito...

R.R. – Não, nessa altura... Duas coisas: eu tinha pouco acesso a material brasileiro e eu lia tudo que encontrava. Sobretudo na área das ciências sociais. Então em termos de cronologia eu fiz o trabalho de campo no nordeste em 1965, fiz o trabalho de campo na Itália entre 1968 e 1970 e nessa altura as coisas que apareciam eu lia tudo.

K.K. – Você lembra de algum que te marcou, tanto o...?

R.R. – Das monografias brasileiras...

K.K. - Brasileira ou não. Mas para a gente ter alguns títulos, alguns nomes que marcaram uma época, assim.

R.R. – As coisas do [inaudível], “A História do México”, uma coisa magnífica... Um livro que saiu um pouco mais tarde e que eu na altura achei magnífico, um livro do John [Fredrich] sobre revolta zapatista, que é um estudo justamente de antropologia e história, tentando explicar qual foi o papel do movimento zapatista na revolução mexicana, a partir de um estudo da dinâmica local. E claro, tinha que ler todas as monografias mediterraneístas... Uma que sempre me pareceu das melhores é a monografia do John Davis sobre [inaudível] que é um estudo bastante técnico, mas extremamente bem feito. E o Davis também era de formação histórica da América, tinha esse tipo de percepção.

K.K. – E essa vinda para a Fundação Joaquim Nabuco com o Gilberto Freyre, teve um impacto também não só da pesquisa, como você já mencionou, mas um impacto no sentido de leitura do próprio Freyre ou, enfim, de outras, ou não?

R.R. - Não. O que eu estava fazendo dizia respeito ao nordeste árido, exatamente o contrário do nordeste do Gilberto Freyre. E o tipo de problema com que eu lidava não tinha nada a ver com o Casa Grande e Senzala e esse tipo de discussão. Em termos, digamos, de abordagem geral e teórica, o Gilberto Freyre não me dizia nada enquanto autor. Ele foi extremamente gentil, me ofereceu uma bolsa para estudar no Instituto Joaquim Nabuco, eu estava no porão

onde se fazia sociologia, estava lá o Roberto Motta, que na altura tinha acabado de voltar da Holanda e que estava começando a fazer os seus estudos se não me engano, sobre candomblé na altura, mas não houve muito contato e não tivemos quase discussão nenhuma, a não ser uma discussão bastante ácida sobre política que acabou por... [risos] Que acabou por mais ou menos fechar os meus contatos com Gilberto Freyre. Ele começou a fazer um grande elogio da ditadura, eu dei uma resposta torta e nossa relação esfriou, isso foi mais ou menos na véspera de eu sair. Nessa altura, quando eu vim para fazer esse trabalho de campo, também tive um contato com o Florestan Fernandes, que na altura estava em polémica com o Gilberto Freyre e...

K.K. – Em São Paulo?

R.R. – Foi em São Paulo, foi uma coisa puramente fortuita, fui visitar um amigo de infância, tinha sido vizinho de casa entre os meus 13 e 5 anos, o mesmo amigo de infância; expliquei o que eu estava fazendo e ele disse que - não me lembro bem se foi a irmã que tinha sido namorada de um dos filhos do Florestan, ou se... Eu acho que foi isso. De qualquer maneira, conhecia e fez o contato, eu fui lá para a casa dele, me recebeu muito bem, tinha acabado de ser caçado e foi uma das pessoas que mais insistiu nessa altura que talvez tivesse sentido tentar enquadrar meu estudo em termos de antropologia. Na altura, as minhas leituras eram mais dos folcloristas, etc., e foi a altura em que Florestan estava polemizando com os folcloristas em termos do desenvolvimento do que para ele seria mais uma sociologia neste caso, mas ele disse “não, não, você está em Cambridge, tem bons antropólogos, veja como é que vai fazer a coisa”, nada de muito concreto, mas acabou contando.

K.K. – É, interessante... E como foi então a vinda para o Brasil já em 1973, não é? Ou... Estamos bem...

R.R. – Como é que foi a vinda em 1973. Mais uma dessas histórias e pesquisas paralelas. Por volta de 1970 me integrei num grupo de brasileiros exilados que estavam na Inglaterra, alguns em Londres, alguns em outras Universidades e organizamos um seminário que era quinzenal e depois passou a mensal, para discussão de como organizar a resistência contra a ditadura. Alguns tinham contatos com movimentos aqui no Brasil, outros simplesmente

estavam sintonizados e foi uma coisa em parte social, em parte política, discutindo uma interpretação da situação brasileira na altura. E no contexto destas discussões, me interessei especificamente por aquilo que representava o Estado Novo. E o que estava sendo discutido na altura era um pouco as teses do PCB sobre a necessidade de uma revolução da burguesia nacional ou não, coisas extremamente esquemáticas, e o que ficou por tentar esclarecer no contexto do grupo era o que a revolução de 30 tinha representado. Se tinha ou não tinha sido uma revolução burguesa e quais eram as consequências políticas que se devia tirar daí. A partir daí, participei num seminário organizado por uns grupos basicamente de exilados latino-americanos, incluindo alguns brasileiros no seminário na Suíça e quando chegou a altura de ter a minha primeira licença sabática, estando eu em Norwich, acabei por achar que eu queria era tentar aprofundar essa questão em contato com bibliotecas brasileiras, etc. E foi uma altura em que... - Deixa eu ver se eu não me confundo, mas eu acho que nessa altura Francisco Weffort estava como visitante na Universidade de Essex, eu tinha tido um contato com ele e também passou por lá, não me lembro exatamente em que capacidade, o Fernando Henrique Cardoso e em conversa com eles, os dois, surgiu a possibilidade de eu passar a minha sabática no Cebrap. Tanto foi a partir destes contatos que eles tinham com universidades inglesas que tinham seus departamentos ou centros de estudos latino-americanos que surgiu essa possibilidade de aprofundar um estudo que eu já tinha começado pela via dos meus contatos com o grupo de exilados em Londres. E foi assim que vim para o Cebrap, passei seis meses, estudei exatamente a questão da revolução de 30, acabei tentando desenvolver uma interpretação um tanto quanto diferente da do Boris Fausto, daquilo que seria o Estado de Compromisso, enquanto que ele via o Estado de Compromisso mais em termos de um compromisso entre classes ou camadas, na minha visão da questão, o que tinha havido era uma reorganização política ao nível da classe dominante em que a velha rede de influências das oligarquias foi substituída por uma estrutura muito mais entronizada em que o próprio Estado estabelecia alianças com diferentes setores da oligarquia e precisava, para isso, de ter um canal direto de contato e de controle sobre o setor urbano industrial. E foi assim que se criou o Ministério do Trabalho, que começaram a se criar os sindicatos, etc. É uma interpretação que eu continuo a achar mais ou menos válida. Tive na altura bastantes discussões com o Luis Werneck que estava no Cebrap naquela altura, ele discordava frontalmente da minha interpretação e na altura, pelo menos é a versão que me contou o Luis Werneck, o principal entusiasta da minha interpretação teria sido o Fernando Henrique, que...

E agora, é a má língua, teria usado esse esquema da articulação seletiva com os setores da oligarquia como base para sua aliança com a oligarquia baiana. Mas aí já é especulação em má língua. Se for isso, não sei se fiz bem. [risos]

K.K. – Essa está engraçada... E você conta... Bom, mas então foram só seis meses aqui em São Paulo.

R.R. – No Cebrap foram seis meses.

K.K. - E depois volta para a Inglaterra e aí tem essa...

R.R. – Numa altura em que... Nessa altura eu estava mesmo muito interessado em voltar ao Brasil. O projeto do departamento interdisciplinar já tinha começado a fracassar. Apesar dos problemas, eu achava que gostaria de voltar, e via basicamente duas linhas de contato: a primeira era através do grupo que trabalhava com o Francisco Weffort, no departamento de política da USP, eles na altura não tinham verba, mas eu fiz um concurso informal para que no caso de algum levantamento de verba, eu teria passado pelo crivo e isso ficou em suspenso, até porque teria sido muito complicado me contratarem por causa do meu grau de Cambridge que era inclassificável e, sobretudo, porque era só uma graduação e não tinha maneira de ter um reconhecimento da carreira que eu tinha feito na Inglaterra com tudo, menos títulos. E o outro contato era com a Unicamp, através do Peter Fry, em que o Peter, sendo inglês, sabia perfeitamente como é que tinha sido o meu percurso, estava disposto a comprar as brigas que fossem necessárias, mas acabou vencido pela burocracia, porque, entretanto, os militares de abril fizeram o golpe em Portugal e a minha mulher na altura resolveu que queria voltar para Portugal, me convidaram e eu aceitei o desafio.

K.K. – Ela era portuguesa?

R.R. – Sim.

K.K. – E... Sim, porque o Peter vem para cá justamente para fundar a Unicamp ali, a antropologia na Unicamp, não é isso?

R.R. – Foi...

K.K. – Você estaria nesse grupo inicial?

R.R. – Mais ou menos. Tinha o Peter e tinha a Verena Stolcke. E depois havia alguns dos antropólogos mais jovens que tinham sido mandados para a Europa para fazer a sua especialização e que faziam parte do primeiro grupo. Um dos quais, o Antonio Augusto Arantes, foi para Cambridge, estudar com o Leach, pouco depois de eu ter abandonado meu projeto sobre cordel. E eu me lembro que eu estava fazendo trabalho de campo no sul da Itália, de repente eu recebo uma carta desesperada de um jovem brasileiro em Cambridge dizendo: “estou aqui, vou trabalhar com Edmund Leach, eu queria trabalhar sobre cordel, mas ele disse que esse tema já tem dono” [risos] e pedindo, perguntando se eu ia continuar nessa área, eu disse “não”, quer dizer, não tinha hipóteses, mandei-lhe meu material que ele depois usou e foi em parte através desse contato com ele e depois com ele e algumas outras pessoas que eu conheci voltando ao Brasil que se estabeleceu contato com Peter e os outros.

K.K. – Interessante... É, então... Vamos trocar...

[FINAL DO ARQUIVO 1]

K.K. – Pode dar ok quando você estiver pronto.

R.R. – Ok.

K.K. – Ok. Então, chegamos a Portugal?

R.R. – Sim, chegamos à Portugal... Foi em 1974... Eu me lembro perfeitamente, eu estava no escritório em casa em Norwich e às vezes eu ligava o rádio e ouvia a rádio italiana à noite, quando eu estava trabalhando. E era a véspera do 25 de abril de 1974. Dia 25 de abril na Itália é o dia da Libertação do fascismo e a rádio estava contando as preparações, que estavam prevendo conflitos com os neofascistas, etc., e eu me lembrei perfeitamente como

eram os dias 25 de abril quando eu estava fazendo o trabalho de campo, quando era o dia em que havia sempre ameaças de confrontos entre os neofascistas locais e os comunistas locais, que na vila [inaudível], que eu estudava, representavam 20% do voto para cada lado. Portanto, é uma presença bastante significativa. No dia seguinte, vou dar a minha primeira aula, saio da aula, encontro um colega que olha para mim e diz: “Você deve estar muito contente”. Eu disse “Mas por quê?”, “Ah, então não sabe? O Spínola deu um golpe e derrubou o fascismo em Portugal”. Eu não tinha entendido muito bem como é que era a coisa, mas eu imediatamente telefonei para casa, a minha ex-mulher telefonou logo para família que não sabiam de nada e depois ligou a rádio logo que conseguiu e depois aquela noite conseguimos ver as primeiras notícias e depois fomos seguindo e logo que ela pôde, ela foi para Portugal e eu fiquei na Inglaterra até acabar as aulas e depois segui... Eu tinha, alguns meses antes, tido uns contatos com um economista e historiador português. Ele era advogado de formação, mas escrevia coisas de história econômica.

Não sei se o microfone...

K.K. – Não, não, esse está sobrando mesmo.

R.R. – Ah, está sobrando... E eu tinha entrado em contato com ele porque eu traduzi para o inglês um artigo que ele tinha escrito sobre a opção africana e europeia de Portugal. Isso eu era consultor para uma revista de estudos europeus e pediram-me para arranjar artigos nessa área e eu arranjei e traduzi o artigo dele. De maneira que depois do 25 de abril eu ouvi na rádio que ele tinha sido nomeado novo diretor da faculdade de economia no Porto. Aí escrevi dando os parabéns e ele respondeu e disse que se eu fosse para Portugal para ir lá visitá-lo, eu fui lá, passei uma tarde falando com os professores que queriam reorganizar o curso de economia, que era um curso que basicamente era administração de empresas e contabilidade e pouco mais, e queriam mudar aquilo tudo, queriam fazer um departamento de ciências sociais, etc., eu expliquei um pouco aquilo que eu tinha feito na Inglaterra reorganizando o curso de história social e acabaram por me perguntar se eu não estaria disposto a ir para Portugal e eu pensei um pouquinho e acabei por dizer que sim. E depois demorou nove meses para conseguirem autorização, porque para contratarem um estrangeiro como professor foi preciso um decreto do conselho de ministros assinado pelo primeiro ministro, Vasco Gonçalves, pelo ministro das finanças, que na altura era o Salgado Zenha, que era um homem

do partido socialista, e pelo ministro da educação, que era o coronel Colcker. E conseguir essas três assinaturas levou nove meses. E eu fui para faculdade de economia do Porto como professor de história econômica - agora já rotulado outra vez como historiador - com um projeto de criação de um departamento de ciências sociais. O nosso projeto era de... O curso de economia era um curso de cinco anos, teria um tronco comum dos primeiros três anos e depois nos últimos dois os alunos fariam um esquema major/minor: dois terços numa área e um terço em outra, de entre três áreas: macroeconomia, microeconomia e ciências sociais. Mas, entretanto, naquela altura - foi por volta de 1977, 1978 - as universidades estavam bastante turbulentas e depois da chegada ao poder do partido socialista, o ministro da educação era um ex-comunista chamado Souto Maior Cardia, tinha ficado muito traumatizado pela sua passagem pelo partido e via comunistas embaixo de todas as camas, como diziam os americanos. E aproveitou os incidentes que houve na faculdade para fechar a faculdade e decretar a reestruturação. Participei nas negociações para reabrirem a faculdade, ele me explicou claramente que não ia autorizar o nosso plano, porque não podia autorizar o ensino de ciências sociais em uma faculdade de economia, porque isto era abrir a porta ao marxismo. Portanto, ciências sociais, sim, ele autorizar o ensino das ciências sociais no Iscte, em Lisboa, mas que ficasse bem fechadinhos no Iscte sem poderem contaminar as outras faculdades. E as faculdades de economia foram redistribuídas, a faculdade em Lisboa ficou mais ou menos entregue ao professor Pereira de Moura, que era próximo do partido comunista, a faculdade de economia do Porto foi entregue à extrema direita e a faculdade de economia de Coimbra, que era uma faculdade pequena e nova, foi colocada sob a tutela de um senhor chamado Cavaco Silva, que mais tarde se tornou presidente da República e representava os interesses do PSD dentro do espectro. E ciências sociais, a ver, tinha que ser em um zoológico a parte, que ia ser o Iscte. Bom, durante algum tempo eu tentei ainda ver o que se poderia fazer na faculdade de economia no Porto, mas comecei a desistir da possibilidade de fazer alguma coisa, comecei a procurar outras saídas, inclusive na Inglaterra e...

K.K. – Uma pequena interrupção. Nessa altura você já tinha também a cidadania inglesa ou estrangeiro era o brasileiro. Esse... Quando... Por que...?



R.R. – Em Portugal eu era brasileiro. Eu tinha cidadania inglesa por causa do meu bisavô, desde sempre. Mas para poder dar aulas em Portugal eu tinha quer cidadão de um país de língua portuguesa. Havia ainda essa disposição.

K.K. – Tá. Porque a certa altura o Brasil não aceitava dupla nacionalidade, ou aceitava?

R.R. – Nessa altura, não aceitava, mas isso não foi um problema, não se colocava nessa altura. É um problema que se iria colocar se eu tivesse querido optar pela portuguesa. Eu não podia optar por uma nova, mas tendo sido registrado quando eu nasci como cidadão britânico, podia usar essa nacionalidade em qualquer país que não o Brasil. E nessa altura, sabendo que eu estava interessado em talvez ir para Lisboa, para o Iscte, o professor Sedas Nunes, que foi mais ou menos quem fundou o Iscte, me escreveu convidando para ir para o Iscte. Eu tive uma conversa com ele muito interessante. Ele explicou que precisava de alguém que lançasse em bases sólidas a área de metodologia das ciências sociais, que ele queria que fossem bases interdisciplinares e que ele achava que eu era a pessoa mais indicada para fazer uma coisa dessas. Disse “Sim, eu posso fazer isso, mas não é essa a minha vocação”. Ele disse “bom, então podemos fazer uma espécie de acordo: o senhor doutor vem, organiza a cadeira, faz o programa, a bibliografia, forma um ou dois assistentes que possam depois segurar a cadeira, e quando a cadeira estiver montada, pode passar para uma outra área do seu interesse”. E eu disse “bom, nesse caso eu poderia talvez ir trabalhar para a área de história no próprio Iscte. E ele me avisou “sim, mas é um pouco complicado porque o departamento de história é um pouco *sui generis*...”. Vim depois a saber que já se tinha falado nessa hipótese e que as pessoas no departamento de história tinham dito que ligação entre história e antropologia não interessava, porque só poderia dar para a micro história, o que não fazia parte da maneira como eles concebiam a história econômica e social macro de Portugal naquela altura e, portanto, o departamento de história não estava interessado em que eu passasse por isso. Então eu disse “bom, alternativa podia talvez ser antropologia”. Tanto eu estava no Porto como professor de história, tinha estado cinco anos na Inglaterra como professor no departamento de história, mas sempre podia ir buscar as raízes antropológicas. E eu me lembro do comentário dele “se conseguir convencer esses sociólogos que por aí andam, tem o meu apoio”. [risos] Porque ele achava na altura, no final dos anos 1970, que a mentalidade dos sociólogos do Iscte era favorável a tudo menos a antropologia, que eles considerariam

uma coisa mais... Um desvio das grandes tarefas das ciências sociais na construção de uma sociedade nova em Portugal, etc.

K.K. – Menos comprometida politicamente...?

R.R. – Claro... Nessa altura tinha no Iscte duas pessoas - uma, outra veio logo a seguir - que davam aulas de antropologia. Estavam o, que se tinha formado em Paris com Balandier e que dava aulas de antropologia política centrada essencialmente em África e no processo de descolonização. Então aquilo enquadrava perfeitamente dentro do esquema da sociologia que se ensinava. O outro antropólogo chegou ao mesmo tempo que eu, por outras vias, foi o Joaquim Pais de Brito, que representa um pouco a continuação da Escola do Jorge Dias, do Veiga de Oliveira do estudo das tradições populares em Portugal. E aquilo também encaixava bastante bem dentro do projeto do curso de sociologia porque apresentava uma recuperação da memória popular e das tradições populares, mas em uma perspectiva de esquerda, mas que se encaixava nessa altura. Mas o Sedas Nunes dizia que esses sociólogos não estarão minimamente interessados que antropologia enquanto disciplina se desenvolva. Havia nessa altura uma clivagem basicamente política ideológica dentro do Iscte. Depois do 25 de abril, tinha havido uma espécie de ocupação da escola por parte de alguns professores e de alguns alunos que tinham formado umas comissões informais de autogestão dentro da escola. E que tinham saneado os professores mais ligados ao antigo regime, tinham reorganizado os cursos, tinham contratado professores novos. Enfim, a escola estavam mais ou menos em autogestão nesse sentido e em 1976 o governo socialista impôs um regime de administração das escolas universitárias, o decreto de gestão, que consagrava o monopólio em todas as decisões de carácter académico do conselho científico dos professores doutorados. A lei foi passada em 1976, na altura em que falei com o Sedas Nunes que foi no verão de 1979 ainda não tinha sido implementado completamente no Iscte. E havia uma espécie de poder paralelo, ou uma comissão de escola eleita pelo plenário dos assistentes e um conselho científico muito restrito, com Sedas Nunes e alguns outros professores. Não eram só os doutorados, porque ele não era doutorado e havia outras pessoas da geração mais antiga que não eram, mas era aquilo que estava previsto na lei. E dentro desse esquema, ele tinha muitos fantasmas em relação àquilo que julgava ser o projeto essencialmente político daqueles que estavam na assembleia de escola e acabou por ser os conflitos com esse grupo que o levaram a abandonar

o Iscte pouco tempo depois. O que depois eu vim a entender é que ele tinha convidado para ocupar essa área que era a área dele, porque ele estava a preparar a sua saída. E os comentários que ele fazia, “se conseguir convencer esses sociólogos, etc.”, faziam parte já da sua trajetória pessoal. Bom, isso ficou como parte das condições, eu ainda não sabia o que havia de fazer, comecei com muitas aulas em metodologia das ciências sociais, tive que dar aulas a muitos alunos que tinham essa cadeira atrasada e nessa área fui professor de muitos dos atuais professores de sociologia do Iscte - toda aquela geração que se formou por volta de 1980, foram os primeiros alunos que eu tive. Foi bastante intenso e muito interessante nessa altura.

K.K. – Gostaria de citar alguns que te marcaram especialmente, assim, positivamente?

R.R. – Em... Não... Quer dizer, seria invidioso separar, mas, quer dizer, lembro-me perfeitamente do Antonio Firmino da Costa, da Maria das Dores, do Viegas, há vários outros. Quer dizer, toda essa geração que agora organiza...

K.K. – Está à frente...

R.R. - ... Está a frente do departamento de sociologia, formaram-se mais ou menos nessa altura. E passaram ou pela cadeira de metodologia ou então por uma cadeira de antropologia que eu organizei, porque o que eu ia dizer é que para além da metodologia, também comecei introduzindo uma cadeira de antropologia das sociedades complexas. E assim, dentro do curso de sociologia, tinha antropologia política africana, tinha uma antropologia - como é que eles chamavam na altura... - Etnologia portuguesa, que era do País de Brito, e eu dava uma antropologia das sociedades complexas, mais ou menos na linha do Eric Wolf e da antropologia britânica. E foi nessa altura que de repente houve uma conjugação de vários fatores que acabaram por ter como consequência a criação do departamento de antropologia. Como consequência não intencional de um processo complicado. Bom, na altura, quando eu fui para Lisboa, acabei sendo convidado também para criar um centro de pesquisa no Instituto Gulbenkian que na altura funcionava em Oeiras. Pouco tempo depois, alguns anos depois, acabou por ser fechado na sequência de uma enchente que destruiu os laboratórios e a Fundação Gulbenkian resolveu que custaria demasiado refazer de maneira que resolveram

concentrar-se só na área de biotecnologia e fechar os outros centros, incluindo o meu que estava ainda começando. Mas eu tinha um centro onde combinava antropologia, história e demografia histórica e que tínhamos... Tínhamos umas 12 pessoas trabalhando nesse centro na altura em que se decidiu que iam fechar os centros. E recebi uma proposta informal por parte da Universidade Nova, eu estava no Iscte há quase um ano, queriam que eu passasse do Iscte para a Universidade Nova para reorganizar o departamento de antropologia, que eles estavam numa reestruturação e queriam alguém que viesse de fora para reorganizar. Seria uma coisa bastante complicada porque envolveria resolver quais os professores que lá estavam ficariam, encontrar outros, etc. e comecei a pensar seriamente sobre isso e em princípio, depois de negociar algumas condições, acabei por aceitar. E comecei a estabelecer contatos com pessoas que eu sabia que poderiam estar interessadas e que tinham condições ou porque eram doutorados e falavam português ou alguma coisa próxima do português, ou porque trabalhavam sobre Portugal. E tendo em vista esse projeto de criação de um departamento na Universidade Nova - obviamente era coisa que eu não iria poder fazer no Iscte, imaginava eu depois daquelas conversas - estabeleci contatos com algumas pessoas que estavam, sobretudo, na Inglaterra, como Brian O'Neill, o [inaudível], e em função desse projeto e das necessidades deles em termos de arranjar emprego, o [inaudível] e o Brian O'Neill vieram... Foram para Portugal, o [inaudível] conseguiu um lugar ensinando provisoriamente no Iscte substituindo o [inaudível] que estava fazendo trabalho de campo, o Brian O'Neill foi para o centro da Gulbenkian, trabalhar aí um pouco, quando acabavam a versão portuguesa da sua tese de doutorado sobre [inaudível], era mais ou menos encontrar uma solução para tapar alguns buracos que tinha. E o José Carlos Gomes da Silva, que era o principal estruturalista português, fazia parte do grupo que já estava na Universidade Nova e começamos discutindo o que haveria de ser esse departamento de antropologia. Portanto, isto é o que estava mais ou menos em gestação, a título mais ou menos confidencial, foram-se várias informais, tinha sido discutindo e em principio aprovado pelo conselho científico da Universidade Nova, quando, entretanto, se deu uma crise ao nível do Iscte porque o governo não gostava daquilo que a Mary Douglas chamaria *matter out of place*. Uma faculdade sozinha não integrada numa universidade e ainda por cima ciências sociais era matéria fora do lugar, tinha que se arrumar em algum lugar e resolveram novamente tentar integrar o Iscte à força na Universidade de Lisboa. Começaram negociações, o preço dessa integração teria sido a integração do Iscte na Universidade de Lisboa sob a tutela da faculdade de direito, que

nunca tinha visto de bons olhos um aparecimento de uma escola de ciências sociais porque eles é que davam administração, eles é que formavam a classe política em Portugal e exigiam como contrapartida a subordinação do Iscte ao conselho científico, aos catedráticos da faculdade de direito. Eu participava na altura no tal conselho científico restrito, era o único antropólogo no grupo e discutimos como é que nós havíamos de reagir e a nossa estratégia face a essa pressão do governo foi resolver passar a ofensiva e nós irmos fazer o que podíamos para diversificar o Iscte cientificamente. De maneira que resolvemos e conseguimos fazer aprovar ao nível interno do Iscte, a criação de dois novos departamentos, duas novas licenciaturas, uma em administração social, que acabou por não ir para frente, e a outra em antropologia.

K.K. – Uma licenciatura mesmo?

R.R. – Uma licenciatura em antropologia. A partir do nada. Quer dizer, o que tínhamos na altura era o Joaquim Pais de Brito e o [inaudível] que já estavam dando aulas em cadeiras soltas do curso de sociologia. O [inaudível] que tinha vindo temporariamente para substituir, o Brian O'Neill estava na Gulbenkian. Soube que o João Pina Cabral estava em Oxford e estava interessado em vir e o próprio Zé Carlos Gomes da Silva, que estava na Nova e que tinha discutido comigo como é que se via de dar uma volta no departamento original que havia, estava disposto. De maneira que contando com a possibilidade dessas pessoas, elaborei um esquema que era: nós fazermos um curso de antropologia, os primeiros dois, três anos serão em grande parte comuns com o curso de sociologia, de maneira que nós podemos arrancar com seis pessoas, nós vamos dando as cadeiras principais, as outras serão comuns com a sociologia, nós, entretanto, vamos formar pessoas mais novas como assistentes, quando essas pessoas já estão em condições de dar as aulas nos primeiros anos, como assistentes, nós começamos a dar as aulas no terceiro e quarto ano. De maneira com esse núcleo pequeno, ainda me lembro de estar sentado em um café em Lisboa, tentando pensar como é que eu vou organizar um plano de curso que se possa pôr em prática, quase sem professores e com esse *rolemán*, criar as condições para fazê-lo. Esse grupo restrito, já não estava o Sedas Nunes, concordou que essa seria uma resposta para dar à Universidade de Lisboa, íamos avançar nesse sentido. Logo que a proposta se tornou conhecida houve imediatamente tentativas de vetar por parte das outras duas escolas de antropologia: o

departamento da Nova, os que lá tinham estado que, julgo eu, não estavam a par da existência desses contatos informais para reestruturação e a velha antiga escola colonial de ciências sociais e políticas começaram a contatar o ministério da educação, dizendo que não devia aprovar um terceiro curso de antropologia. Na altura, o secretário de estado do ensino superior era o marido da Dil Dias, que morreu há dois anos, era especialista em antropologia histórica de Angola e dava aulas na Nova e ele era acho que um físico formado na Inglaterra. Ele achou muito divertido essas pressões por parte dos outros departamentos de maneira que deu uma resposta absolutamente genial: “Vocês dizem que três escolas de antropologia em Lisboa é demais. Eu não estou convencido, vou aprovar a criação desta. Daqui a cinco anos, se vocês continuarem a achar que três são demais, eu faço uma avaliação das três e fecho a mais fraca”. [risos] Aprovou, eles nunca mais piaram e foi assim que o curso acabou por existir, primeiro no papel e depois na prática. Entretanto, ainda tinha esse centro na Gulbenkian e obviamente não...

K.K. – Uma... Desculpa te interromper...

R.R. – Deixa eu só acabar essa parte... Ainda tinha o centro na Gulbenkian, de maneira que eu acabei por passar no Iscte tempo parcial e por passar o pelouro do curso aos colegas. Para fazer aprovar o curso tinha feito o programa de curso no papel e depois eles fizeram uma reunião que foi, se não me engano, na casa da família do Joaquim Pais de Brito, em Nelas, em que tomaram o cardápio de restaurante chinês que eu tinha elaborado, que era uma lista de cadeiras e nomes, e discutiram entre si e o que iria ser dado em cada uma dessas cadeiras. Por exemplo, antropologia social um, dois, introdução à antropologia social I, antropologia social II, como é que se ia fazer essa divisão, como é que se articular, etc. Isso depois acabou sendo feito em termos coletivos, de maneira que teve dois lados. Teve um lado que era a parte mais caricata, que foi o fato do curso ter surgido como resposta política a uma crise do Iscte e com apoio dos sociólogos, que o Sedas Nunes tinha dito que não iria ser possível; e por outro lado, de repente, os antropólogos que havia e os outros que, entretanto, entraram, se viram com uma situação bastante curiosa, ou seja, de lhe ser dado um prato, aqui vocês tem um cardápio vazio, aqui vocês tem a possibilidade de criar uma licenciatura, agora, como é que vão fazer? Mas essa história... Eu não sei se as atas do luso-afro-brasileiro, afro-luso-brasileiro em 96 foram alguma vez publicadas...

K.K. – Que eu saiba não...

R.R. - Que a Gláucia, em principio ficou... Eu apresentei um pouco essa história aqui no Rio, lá em 1996, eu não... A Gláucia nunca me mandou o texto, não sei se chegou a ser publicado, mas...

K.K. – Vou pesquisar... Vou pesquisar.

R.R. – Eu sei que ela publicou um livro com as comunicações apresentadas, ou algumas das comunicações apresentadas, mas nunca vi o livro, não sei se esse texto acabou por sair, mas foi aí justamente no Afro de 1996 que apresentei um pouco essa história a propósito de uma discussão sobre institucionalização das ciências sociais porque é uma situação um pouco única e caricata em que, de repente, as pessoas têm a possibilidade de pensar a partir do zero como é que eu vou fazer um curso de antropologia. O resultado foi pelo menos curioso porque o trabalho ficou tão bem feito que nunca mais, até a introdução do processo de Bolonha, em 2000, nunca mais foi possível mudar a estrutura do plano de curso. As pessoas acostumaram-se àquelas cadeiras, à seqüência de cadeiras, especializaram-se nessas áreas e todas as tentativas que nós fizemos entre 1982, quando elaborei aquela primeira coisa na mesa de café, e 2000, 2002, quando a licenciatura passou a obedecer ao esquema de Bolonha, de três anos mais dois, não foi possível alterar o esquema, que passou a ser um esquema extremamente conservador e muito, muito britânico, por causa da maneira como tinha sido pensado.

K.K. – Uma... Eu estava te interrompendo, desculpa, porque uma das questões que nós fazemos a todos os entrevistados é um pouco um exercício de imaginação, que é para pensar, quer dizer, embora o projeto tenha o interesse na história das ciências sociais nos três países, também nos interessa muito contribuir para pensar as ciências sociais hoje. E esse exercício de imaginação é uma espécie de “se eu tivesse” nessa situação hoje, o que você faria diferente, o que você manteria? Quer dizer, o que se pode esperar hoje de um graduado? E até porque o próprio processo de Bolonha, de adaptação e tudo, gerou, acho que... O Brasil embora não esteja ainda, *ainda*, enquadrado nesse sistema, é muito provável que caminhe

para alguma coisa próxima nas próximas décadas, certamente, mas acho que é uma contribuição interessante, a gente pensar sobre isso: o que é uma licenciatura barra uma graduação no conceito brasileiro de ciências sociais ou essa possibilidade, que também está acontecendo no Brasil, de você não fazer mais graduações genéricas e sim, específicas, não é?

R.R. – Fiz isso uma vez, não vou fazer mais. [risos] É complicado. Pela minha formação, e apesar de ter tido essa oportunidade e necessidade de pensar um curso de graduação monodisciplinar, toda minha trajetória e todos meus interesses apontam no sentido de promover uma estrutura de caráter interdisciplinar. Agora, isso não implica fazer um curso geral de ciências sociais. Implica ter uma base sólida disciplinar a partir da qual se podem começar a estabelecer pontes. Aquilo que propus quando estava no Porto, ou seja, os três anos de formação básica e depois um esquema major- minor, corresponde um pouco a essa ideia e em um esquema como o de Bolonha, os três anos de uma graduação de massas, como se dizia há algum tempo atrás aqui no Brasil de ensino Mobral, e depois os dois anos quando se começa a trabalhar a sério, poderia ter sido pensado em termos de uma formação de banda larga nos primeiros três anos e depois aproveitar os dois anos do chamado mestrado, que no fundo são os últimos anos das licenciaturas antigas, para promover articulações e ligações. Não é isso que está sendo feito; Por duas razões: a primeira é que o nível dos alunos que nos chegam do secundário tem vindo abaxiar tanto que o que se consegue fazer nos primeiros três anos não é uma formação de base suficientemente sólida para um exercício teórico interdisciplinar ou mesmo para uma perspectiva temática interdisciplinar ao nível dos dois anos do mestrado. E tem uma contradição: o esquema três anos mais dois é um esquema que aponta nesse sentido, mas a formação que é dada nos primeiros três anos é insuficiente. De maneira que os últimos dois anos acabam na prática por ser os anos de complemento de formação ao nível da graduação. Só que não estão pensados nesses termos e o que se vê ao nível de muitas áreas de ciências sociais em Portugal é que a formação ao nível do mestrado de Bolonha é mais ou menos aleatória, extremamente lacunar; a escolha dos temas depende de quem é que neste momento quer se atirar para frente em termos de tomar conta de um mestrado, quem é que está disponível; os alunos chegam no fim dos três anos da licenciatura de Bolonha e dizem “mas o que eu faço no mestrado?”. Por um lado é mais do mesmo, isso é: os mestrados mais ou menos improvisados têm que estudar serviço docente para algumas



peessoas etc., que não são pensados... Por outro lado, são mestrados temáticos que podem ser muito interessantes em certos temas, mas não me interessam a mínima. E no primeiro ano de Bolonha, nós tivemos tantos candidatos a mestrado como a licenciatura no Iscte. Tivemos 56 candidatos que ingressaram no curso de antropologia no primeiro ano da licenciatura e 56 que entraram para os mestrados, os três mestrados, se não me engano, que foram organizados. Desde então, o nível das candidaturas para licenciatura continua a baixar e ao nível dos cursos de antropologia há o risco de não se conseguir preencher todas as vagas, não tem sequer concorrência para as pessoas entrarem para antropologia e depois ao nível dos mestrados a única tendência que se pode ver é que as pessoas querem fazer uma coisa diferente. Se quiserem continuar na antropologia, vão fazer antropologia no ICS ou na Nova. Alguns vão para fazer em sociologia, querem fazer uma coisa diferente, porque sentem que aquilo não está funcionando. E de fato não está funcionando. Eu não sei, neste momento, como é que eu organizaria um curso na área de ciências sociais, fosse de sociologia ou de antropologia, com, por um lado, o material que temos - o material em termos dos alunos. Por outro lado, com os professores e as motivações que têm depois de terem passado por um processo de implementação de Bolonha que não foi planeado, em que as pessoas, muitas delas, estão desmotivadas... Depois, com os problemas que se colocam ao nível da utilidade social dos cursos de ciências sociais, em que, se é verdade que... - estou falando de Portugal - mas se é verdade que existe, de certa maneira, uma imagem pública da sociologia, que é uma imagem no meu entender muito frágil, porque a sociologia em Portugal desenvolveu-se muito à custa de estudos aplicados, muitas vezes por encomenda por parte dos governos - começaram em sociologia do trabalho, começaram em sociologia da habitação, sociologia urbana ligadas à questão de habitação... E em muitos casos, eu sinto que a sociologia está bastante encostada ao poder, que era o poder local, que era o poder nacional, de maneira que está criada a imagem de que o sociólogo é alguém que tem uma saída garantida, mas é um pouco frágil. Não há uma imagem pública do mesmo gênero para a antropologia e para as outras ciências sociais e, de qualquer maneira, essa imagem quando surge está em contradição com aquilo que acabou por ser a filosofia dominante ao nível do ensino superior, que é a ideia de que as escolas são unidades que fabricam produtos. Produtos que são pessoas formadas, licenciadas, que tem certas características, o mercado é que tem que nos dizer o que vamos produzir, nós temos que fazer marketing daquilo que queremos fazer - podemos fazer diversificação do produto, etc. - mas a lógica é, em suma, o produto. E em termos de

eficiência. Não podemos reprovar os alunos fracos, porque isso é desperdício em termos de funcionamento do sistema. É claro que a culpa pode ser nossa, a culpa pode ser dos alunos, mas em termos da filosofia do sistema, isso é inadmissível e nós temos uma... Quer dizer, há um texto bastante conhecido... Da Marilyn Strathern sobre a *authentic culture* e a suas implicações ao nível da antropologia e ao nível do ensino, que é dramático em termos de criação de um ambiente que é completamente antitético a tudo aquilo que significa para uma pessoa da minha geração o trabalho universitário. Vou fugir à pergunta, porque eu não gostaria de ter que fazer isso agora.

K.K. – Não, eu entendo, e eu acho que é um dilema muito presente hoje no Brasil porque a necessidade de se abrir o ensino superior para uma quantidade muito maior do que hoje ele confere é imensa e ao mesmo tempo esse ethos, não é?...

R.R. – É que eu não estou dizendo que a universidade não se deve abrir, pelo contrário, eu acho que se deve abrir e deve repensar qual é que é o papel das ciências sociais em termos da sua presença social. As ciências sociais têm que desenvolver sua imagem pública de maneira que as pessoas saibam o que é um sociólogo, o que é um antropólogo e isso têm que ser feito ao nível das publicações, ao nível de contato com as editoras. Isso é fundamental. E é fundamental para que os alunos se inscrevam no curso sabendo aquilo que querem fazer e qual é o leque. É preciso repensar também aquilo que nós oferecemos no curso. O problema não é o de abrir, não é o de dizer “nós queremos manter um ensino elitista”. Eu estava dizendo que o plano de curso que eu fiz em 1982 ficou muito arcaico e conservador e Deus me livre por tentar propor uma coisa do mesmo gênero no contexto de hoje. O problema está em que um ethos, chamemos assim de mercantil, em que nós temos que fornecer os produtos e nós somos avaliados em função dos produtos que nós fornecemos, dos *out-caps*, e não em termos de uma lógica propriamente científica. Isso é que cria o conflito entre a ideia de se repensar o que devem ser as ciências sociais na sociedade hoje, em termos da sua vocação pública, e o que está por trás das instituições dentro das quais nós temos que trabalhar. Ai é que eu vejo um conflito e a dificuldade. Não é uma questão de abertura ou fechamento, tem a ver com como fazer uma abertura se os termos de discussão estão viciados em termos dessa *authentic culture* de achar que o que nós temos que fazer é simplesmente fornecer um certo tipo de produto. Lembram de uma velha canção do Pete Seeger, *Little Boxes?* “*Little boxes*

*on the hillside, children go to Summer school, they go to scholl and they all come out the same*”. Foi exatamente esse o tipo de problema.

K.K. – E fazendo um... Só pegando uma dúvida aqui que também aparece nas nossas discussões... Quando você faz essa reforma... Essa reforma, não, essa proposta do curso novo em 1982, em Portugal, e você fala da cadeira de antropologia das sociedades complexas e metodologia e todo um curso novo que surgia, não havia dificuldade em conseguir os textos para os alunos lerem em português? Uma coisa bem prática, mas que a gente... Tem a ver com essa... Como é que se montavam esse livros, esse textos para os alunos lerem?

R.R. – Eles liam em inglês.

K.K. – Liam em inglês. Isso ainda é...? Fala.

R.R. – Nos anos 1980, depois de criarmos o curso, nós tivemos durante alguns anos mais ou menos 3 mil e tal candidatos para 35 vagas.

K.K.- Olha!

R.R. - Foi de certa maneira uma geração de ouro em que antropologia estava na moda, os alunos mais inteligentes do ensino secundário iam para antropologia, os melhores entravam, não é por acaso que a atual geração dos professores de antropologia no Iscte e também em Coimbra e em outros lugares, são as pessoas que se formaram no Iscte no final dos anos 1980 e que apanharam esses anos de criação do curso. Porque eram mesmo muito bons e é claro que nós precisávamos recrutar, mas fizemos uma coisa que nunca me tinha parecido possível, que era começar a nossa própria reprodução muito mais cedo do que seria previsível. Eu estava pensando que nós iríamos ter que procurar pessoas que tinham estudado lá fora e que os problemas se situariam ali. Não, nós conseguimos a partir das pessoas que nós formávamos nos primeiros dois, três anos, arranjar pessoas excelentes que depois ficaram e fizeram trabalho de grande qualidade. Algumas pessoas vieram de fora, vieram da Nova, vieram... Tinham estudado no estrangeiro, etc. Mas há um núcleo que foram formados justamente nessas condições precárias...

K.K. – Poderia citar alguns exemplos desses ex-alunos de vocês?

R.R. – Desses que estão agora no Iscte: Antonio Medeiros, Antonia Lima, Paulo Raposo, Filipe Reis. Outras pessoas que já não estão: Susana Viegas, que esteve em Coimbra que está agora no ICS, Nuno Porto, que está em Coimbra...

K.K. – São ex-alunos dessas primeiras turmas?

R.R. – Essa geração foram alunos dessas primeiras turmas. E há outras pessoas: a Catarina Alves Costa, por exemplo...

K.K. – Que é documentarista...

R.R. – Sim. Que estão fora. Também passaram naquela altura.

K.K. – E Robert, já que falamos em livros, você citaria um livro assim que foi marcante na sua formação, na sua história? É uma pergunta que nós fazemos para todos os entrevistados...

R.R. – Em qual fase dela? [riso]

K.K. – Pode escolher um ou alguns, mas alguma coisa que te mobilizou...

R.R. - ... É difícil.

K.K. – Ou um professor, um personagem que...

R.R. – Bom, em termos de professores... E também tive muita sorte... Na faculdade de clássicas em Cambridge, tive vários professores muito bons. Quem foi de certa maneira marcante nesse contexto foi o Moses Finley, com quem mantive em contato até a morte dele. Tinha sido meu professor e... Tínhamos muitas coisas em comum, também havia uma espécie de simpatia pessoal política, ele se tinha refugiado do macarthismo indo para Cambridge,

teve uma trajetória bastante interessante. O meu tutor e professor de economia, Richard Golden, era um homem em que em certos aspectos era fantástico, não me influenciou diretamente em termos acadêmicos, porque nunca segui a economia abstrata macroeconômica... Mas enquanto pessoa foi extremamente marcante. Mas eu apanhei na faculdade de economia, para além do Golden, apanhei o conjunto dos grandes nomes da Escola de Cambridge neokeynesiana, que procuravam desenvolver uma teoria macroeconômica em parte neokeynesiana, em parte neoricardiana, ou próxima de uma tentativa de repensar o problema do valor do Marx, desde o velho [inaudível], John [inaudível], Nicholas [inaudível], Richard Stone. Todo um conjunto de grandes teóricos da economia de meados do século, apanhei-os durante aquele período. E em termos de formação posterior, o Leach foi uma certa referência nesse sentido. Mas tive uma trajetória em que acabei por não ter mestres, acabei por em muitas coisas ser um autodidata nesse sentido. Tenho estado, enquanto ia dando os nomes, a tentar pensar em algum livro mesmo muito marcante, mas não consigo isolar nenhum. Seria preciso pensar um pouco primeiro em que contexto, depois será que esse é o contexto mais significativo?

K.K. – Vamos voltar então... Você mencionou rapidamente o Luso-afro e a gente sabe que a partir dos anos 1980 e 1990 retoma o contato com o Brasil, não é? Então acho que a gente podia falar um pouco sobre isso, aí já uma... Como professor do Iscte mesmo, você volta ao Brasil novamente para lecionar na USP e...?

R.R. – Sim...

K.K. - Você acha que esse... Por que até então, são coisas isoladas, ou não? Quer dizer, o que está acontecendo em Lisboa, o que está acontecendo aqui...

R.R. – Foram sempre iniciativas isoladas.

K.K. – Quando começaria um pouco essa conversa da antropologia ou das ciências sociais, pelo menos na sua visão, Brasil-Portugal?

R.R. – Eu não sei se começou. [riso] Porque não foi exatamente nesses termos que eu colocaria... Nos anos 1960 eu trabalhei no Nordeste com os cantadores... No começo dos anos 1970, foi o Estado Novo, Getúlio e o trabalho que eu fiz no Cebrap. Segunda metade dos anos 1970, eu estava brincando as revoluções em Portugal... Período fantástico, muito...

K.K. – Aliás, eu li seu texto sobre aquele personagem da revolução, muito interessante... No 25 de abril.

R.R. – Qual personagem?

K.K. – Ah, depois a gente conversa aqui. [riso]

R.R. – Sim. Não, e depois... Mas estava tudo fervendo em Portugal, não tinha tempo para pensar em coisas propriamente acadêmicas. Anos 1980, no começo dos anos 1980 eu estava muito ocupado com as histórias de criação da antropologia no Iscte, como tentar levar a frente o centro no Instituto Gulbenkian que acabou frustrado. E na segunda metade dos anos 1980, acabei dando um salto e indo para professor do Instituto Universitário Europeu em Florença, onde fiquei oito anos. Foi um corte radical com o Iscte, eu já estava no Iscte, já estava a tempo parcial... No Instituto Universitário, eles abriram um concurso para alguém na área e era para cátedra de história social europeia. E queriam alguém de caráter interdisciplinar, de preferência com interesses na área de mediterrâneo e o que eu tinha estado fazendo no Instituto Gulbenkian se aproximava um pouco disso: demografia, antropologia aplicadas à história social. Acabei ganhando um concurso e passei esse tempo em Florença. Nessa altura, um pouco antes, tinha estabelecido contato com alguns brasileiros que tinham ido a Portugal fazer bolsa sanduíche, foi nessa altura que conheci por exemplo a Laura de Mello e Souza, quando ela esteve em Lisboa começando a trabalhar sobre a inquisição e mantivemos o contato durante o período que estive em Florença. Houve alunos ou pelo menos um aluno dela foi lá fazer o doutoramento... Através dos trabalhos na área da demografia também tinha tido contato com a Maria Luiza Marcilio, os demógrafos da USP e também houve alunos dela que frequentaram os meus cursos primeiro na Gulbenkian e que depois foram fazer o doutorado comigo em Florença de maneira que havia contatos pessoais em que basicamente alunos de pessoas que eu conhecia no Brasil foram trabalhar comigo ou

mantivemos contato nesse sentido. E esses contatos acabaram por estar por trás do convite para ir como visitante na USP... À convite conjunto dos departamentos de história e antropologia, pela parte de antropologia foi através da Lilia Schwarcz, fazer um curso de antropologia histórica. E, portanto aí foi, talvez pela primeira vez nesse sentido, foi a primeira vez que eu vim para o Brasil fazer uma coisa que eu tinha desenvolvido na Europa, sem ser uma pesquisa especificamente sobre o Brasil. E das pessoas que frequentaram meu curso, nessa altura, mantive contato com várias delas, alguns se tornaram grandes amigos, foi uma experiência ótima. E o que eu fiz nessa altura em termos de pesquisa tinha sido de certa maneira uma consequência e um desenvolvimento dos trabalhos que eu tinha feito em Portugal e que depois continuei quando estava em Florença sobre a relação entre a história da família e demografia histórica no contexto de Portugal e da Europa do Mediterrâneo. Que a história da família e a demografia histórica trabalham com pressupostos e metodologias completamente diferentes, de maneira que articular as duas coisas é muito difícil. Por exemplo, os demógrafos falam em [inaudível], estão pensando numa população, os historiadores da família falam em modelos de casamento, estão a pensar em casos individuais ou em valores ou em representações simbólicas e as duas coisas tem o mesmo referente, mais ou menos, mas não é fácil de encaixar e foi essa exatamente a área em que eu tinha trabalhado. E uma das características centrais do sistema familiar no norte de Portugal é o papel da imigração para o Brasil na reprodução da família camponesa, em que os filhos sobressalentes, aqueles que não iam herdar a casa, eram enviados para o Brasil para juntar os recursos que iriam depois servir para poderem fundar uma nova família nuclear, porque eles não iam suceder ao pai na casa paterna. E eu comecei olhando para a dinâmica dessa casa de lavoura no Minho, foi uma perspectiva que eu comecei a desenvolver de quando ainda estava no Porto nos anos 1970 e que acabou sendo a tese de doutorado de uma... Agora professora de história econômica, mas na altura era minha assistente, Fátima Brandão, fez uma tese de doutorado em Norwich, com os meus antigos colegas de história social sobre a relação entre propriedade, imigração e família no Minho, exatamente sobre como a imigração para o Brasil era uma maneira de compensar a exclusão dos filhos que se mandava. E esse era um interesse muito grande e a uma certa altura, um dos meus antigos alunos, orientei o doutoramento do Francisco Bittencourt, fez um doutoramento sobre a inquisição, mas ele coordenou uma história da expansão portuguesa e acabou por me encomendar um conjunto de capítulos sobre as relações entre Portugal e o Brasil no século XIX. E aí comecei com a imigração

portuguesa para o Brasil, transformação da imigração nessa altura e comecei me interessando por aquilo que essa imigração representou nos dois povos. No polo português, o que a imigração para o Brasil representou no conjunto dos movimentos demográficos de Portugal e do lado brasileiro, o que a imigração portuguesa representou no contexto das outras imigrações que havia aqui, o que levou a problematizar duas coisas: uma que eu ia estudar no começo dos anos 1990 - acabei por não aprofundar talvez venha a fazer - sobre o papel do imigrante, não só do português, mas dos outros, na auto-imagem oficial pública do brasileiro. Por que os imigrantes são elididos? Não fazem parte. Quer dizer, a persistência do mito das três raças, etc., em que ao nível da formação da identidade, o que conta é o português, que não era sequer no século XIX a corrente migratória mais importante. Isso é um problema muito claro no contexto de São Paulo, no Rio muito menos, mas em São Paulo é evidente e é uma coisa que eu gostaria um dia de ter tempo para analisar. Mas a outra coisa que me interessou foi justamente o problema do português. Como é que no Brasil se digeriu a imagem do português ao longo do século XIX, em que por volta de 1822 o português era o mau contra quem tinha sido necessário fazer a independência. No final do século XIX, o português era o dono dos cortiços no Rio, a figura que tem nos sambas do Noel, etc. e em todo o processo de constituição da identidade brasileira, foi complicado porque por um lado era lidar com essa ligação umbilical com Portugal, que era difícil de pensar, como se vê no caso do Varnhagen e as outras coisas e o projeto do Instituto Histórico Geográfico no século XIX. Por outro lado, havia o problema de como é que se pode pensar uma nação sem ter como portador do projeto nacional o povo e como é que se pode pensar um povo cuja maioria é ou negra ou escrava. E, portanto, não se podendo pensar o povo, como é que se pode pensar a nação. E é todo o problema da relação entre Estado e nação que no Brasil de certa maneira se inverteu tendo sido o Estado se atribuir a tarefa de construir a nação no século XIX. Portanto, é todo um outro filão de pesquisa que nasceu da pesquisa sobre a família portuguesa e a imigração, mas que agora tem a ver com a esfera das representações e os discursos de identidade nacional. E ultimamente tenho estado a pensar um pouco sobre...

[FINAL DO ARQUIVO 2]

K.K. – Desculpa...



R.R. - Não, eu ia dizendo, isso acaba por desembocar no projeto, de certa maneira, no projeto cultural e identitário do modernismo... Em que se vai repescar o mito das três raças e apresentá-lo em termos de construção de uma nação através da integração dos três elementos, os três elementos sendo o indígena, o negro e o português, que é de certa maneira uma forma de explicar o porquê da elisão da escravatura enquanto problema e por outro lado da elisão da figura do imigrante não português. Mas isso, mais uma vez, é um tema que começou com os trabalhos na Europa, mas acabou por criar raízes no Brasil neste lado.

K.K. – No Brasil. Você comentou que nesse início as coisas se davam muito no plano das relações pessoais, quer dizer, contatos esporádicos e pessoais. Em algum momento foi marcante uma mudança, um outro tipo de relação Brasil-Portugal que não...?

R.R. – No meu caso pessoal não, até porque nada daquilo que tenho feito em relação ao Brasil, desde os cantadores, teve alguma coisa a ver com aquilo que eu oficialmente estava fazendo na Europa. Foram sempre coisas a título puramente pessoal, coisas paralelas. E aquilo que eu fazia no Iscte, um pouco por causa da maneira como eu fui lá parar, um pouco por causa da maneira como o curso se desenvolveu, também pelo fato de eu ter estado alguns anos ausente em Florença e depois ter regressado... Aquilo que eu fazia no Iscte enquanto professor de antropologia era ter a meu cargo algumas disciplinas especializadas, mas, sobretudo, ter o meu cargo a formação de base em antropologia, que era uma coisa que não tinha nada que ver diretamente com os meus interesses de pesquisa. Portanto, neste sentido, o Iscte nunca serviu como base de pesquisa para as coisas que fui fazendo. E...

K.K. – E o Luso-afro, como foi a sua participação? Foi o primeiro... Você participa desde o início daquele...

R.R. – Não, foi o único em que participei.

K.K. – Foi esse de 1996? O de Coimbra não? O primeiro de Coimbra não?

R.R. – Não.

K.K. – Por desinteresse ou por... Enfim, ou por ser um grupo que era... Estava em Florença nessa época? Ou...

R.R. – O de Coimbra quando é que foi?

K.K. – Esse 1996, eu acredito que foi... Eu não tenho aqui, mas 1992, alguma coisa assim...

RR. – Nessa altura eu estava em Florença e não soube. O do Rio foi exatamente na altura em que eu voltei de Florença para o Iscte. E uma vez estava almoçando no restaurante da faculdade e de repente aparece pela minha frente Ana Maria Galano, que eu conheci porque foi ela que organizou o primeiro seminário na Suíça sobre os problemas latino-americanos onde eu tinha, em 1969 ou 1970, apresentado o primeiro trabalho sobre o Estado Novo. Depois nunca mais eu tinha visto e de repente ela me aparece pela frente, explica que estava trabalhando no Afro-Luso-Brasileiro e depois a Yvonne Maggie me mandou um convite e acabei, não sei muito bem como, por parar na sessão que foi organizada pela Gláucia sobre essa institucionalização das ciências sociais. Mas foi um convite que caiu do céu sem qualquer preparação e não teve grande continuidade. Na altura, houve uma reunião, acho que em um restaurante, para discutir a criação de uma associação de ciências sociais. E eu estive lá e houve uma discussão sobre qual era a base, o que se deveria criar... O Boaventura, que eu conhecia também desde há muitos anos, propôs que se criasse uma associação essencialmente centrada nos países de língua portuguesa. E eu contrapus que o que me parecia mais adequado era uma associação de cientistas sociais de língua portuguesa. Enquanto que a concepção dele era mais geopolítica, tem mais a ver com a maneira como ele concebia quer o Luso-afro, quer os seus interesses, o modelo que eu tinha se baseou essencialmente na associação *des sociologue de langue française*, em que participam portugueses e outras coisas e que me parecia mais útil era usar-se o português como língua de comunicação e de trabalho e como língua que de certa maneira estrutura a percepção dos problemas e a colocação dos problemas. Enquanto eu estive em Florença, eu vim a entender de maneira muito clara qual é o papel que pode desempenhar a língua na qual uma pessoa trabalha e comunica. O Instituto Universitário Europeu em Florença é uma espécie de *École des hautes études* à escala europeia. Financiada por todos os países da União Europeia. Na altura em que eu fui para lá isso, aliás, criou alguns problemas, Portugal ainda não era membro, eles tinham

que resolver, as pessoas não iam como representantes de um país, mas, a não ser em caso de necessidade, deveriam ser cidadãos de um dos países europeus. E acabaram por encontrar uma fórmula qualquer por transformar em um anglo-português ou qualquer coisa assim do gênero. [risos] Embora depois tenham reconhecido que eu era brasileiro. Mas nesse contexto, todas as línguas europeias podiam ser usadas e as pessoas podiam apresentar as teses em qualquer língua europeia. Os dinamarqueses, gentilmente, se ofereceram para não usufruir desse privilégio. Os gregos também. Mas inglês, francês, italiano e alemão eram as línguas de base. Depois, com a expansão, começaram a aparecer outras: espanhol... Teve várias teses em português, etc. Mas as línguas de trabalho eram inglês e francês e já nessa altura, eu fui para lá em 1987, o inglês estava a tomar conta do pedaço. E os franceses estavam a desenvolver um combate de retaguarda. Eu lembro uma vez o [inaudível] ter dito que era perfeitamente a favor que os portugueses pudessem apresentar teses escritas em português, porque era a melhor defesa para o francês. Tudo que combatesse o monopólio do inglês. Mas o problema está não só em que pessoas que usam o inglês como segunda língua estão a comunicar numa língua empobrecida, como a discussão se torna empobrecedora por que aquilo que em Bruxelas passa por ser inglês acaba por ser quase esvaziada de conteúdo. E na altura perguntaram em que língua que eu ia dar os meus seminários. Eu disse que não tinha problema, tanto podia dar em inglês ou francês e perguntei aos alunos quem é que não entenderia se eu falasse em inglês. Havia um. Quem que não entenderia se eu falasse em francês. Havia outro. Mas, os restantes, tanto podiam em um como no outro, mas basicamente seria uma opção entre segundas línguas, de maneira que resolvi que se fosse um dia bonito, dava o seminário em francês, se estivesse chovendo, dava em inglês e assim não havia nenhuma regra e todos tinham que estar preparados para seguir um seminário em qualquer das duas línguas. Mas nesse caso, era uma coisa que pude fazer na altura, mas eu reparei claramente até que ponto a imposição, a hegemonia do inglês enquanto segunda língua, como língua de comunicação científica é empobrecedora. E o que acontece é que o português tem crescentemente uma comunidade científica por trás, que é mais do que suficiente para alimentar intercâmbios, etc. e depois, se for preciso comunicar com os franceses, com os ingleses, com os americanos, é possível fazê-lo, mas em primeiro lugar, o que interesse é criar uma comunidade científica que partilhe uma língua e uma problemática. E em, pelo menos em antropologia - isso é uma das linhas que eu estou a querer desenvolver ao nível da APA, Associação Portuguesa de Antropologia - é exatamente o fomentar uma

relação privilegiada com o Brasil através da ABA em termos de valorizar a comunidade científica antropológica brasileira que tem suficiente dimensão e vitalidade para de fato ter pés para andar sozinho e começar a desenvolver um diálogo sem ter que se subordinar a qualquer das outras. O que não significa que não se deva dialogar, comunicar, etc., mas fora do esquema de haver as antropologias hegemônicas e depois as periféricas. Antes se dizia que as periféricas são ótimas porque podem tirar aquilo que quiserem das outras, assim modelo USP. Tira-se dos americanos, tira-se dos franceses, faz uma salada. Já não é assim. É uma questão de tentar desenvolver uma discussão usando a língua e os conceitos e, sobretudo, valorizando - é uma coisa que não se tem feito- valorizando a discussão teórica na própria língua, feita pelo outro lado. Quantos brasileiros citam teóricos portugueses, a não ser talvez o caso do Boaventura, que é um caso à parte. Quantos portugueses citam os autores brasileiros em termos de teoria e quantos portugueses quando falam do Brasil pensam no Brasil como terreno de investigação? A coisa é diferente e cimentar uma ligação através da língua portuguesa parece-me que é uma coisa que é possível exatamente nessa dimensão. O que me pareceu, na altura, na discussão em 96, é que o que estava por trás da proposta era uma outra coisa e depois as coisas em que eu trabalhava não tinham muito que ver com os programas e acabei por deixar passar.

K.K. – E eu estive na ABA agora na mesa justamente em que foi promovido o casamento da [risos]... O ensaio do casamento da APA e da ABA. E eu acho que seria interessante você falar um pouco para gente sobre essa presidência da APA e como você... Continuar um pouco nesse tema que você estava falando sobre um pouco o papel da Associação Portuguesa de Antropologia e...

R.R. – O Papel em relação ao Brasil ou no contexto...?

K.K. – Em geral. Acho que em relação ao Brasil e não só ao Brasil, também os outros países de língua portuguesa.

R.R. – Sim. Quer dizer, a minha posição na antropologia portuguesa é uma situação muito curiosa porque... Como, aliás, em quase tudo tenho sido um outsider. Não fiz trabalho de campo sobre Portugal, não sou um Pina Cabral, não sou um Brian O'Neill, não sou um

Joaquim Pais de Brito, nesse sentido. Meu trabalho de campo foi sobre Itália. Ninguém em Portugal leu as coisas que eu fiz em Itália. Quer dizer, não faz parte do campo de interesses. E em termos da antropologia, tive um papel curioso na criação do curso, mas em que depois acabei por mais ou menos entregar o departamento aos colegas e o departamento cresceu, até se tornar... Salvo erro, houve uma altura em que éramos o segundo maior departamento de antropologia da Europa, atrás só de Manchester, em termos de número de professores que eram antropólogos. Chegamos aos 24, que era de fato bastante grande, e a coisa andou. Mas dentro desse processo, dei o pontapé de saída e depois acompanhei, até porque estive fora durante alguns anos. E em termos da evolução da antropologia em Portugal nos últimos anos, eu trabalho em o que se poderia chamar antropologia da população e da família, que eu estou muito ligado à demografia. Não há nenhum demógrafo que se interesse por isso, não há nenhum antropólogo que se interesse por esse campo. Os meus interlocutores nessa área têm sido quase todos ao nível teórico, tem tido uma longa discussão continuada com o grupo de Cambridge, com Lesley e os outros, mas basicamente tem sido os espanhóis e italianos e tenho sempre trabalhado sobre Portugal no contexto da Europa do Sul, e, portanto, com pouca relação com aquilo que se fazia em antropologia em Portugal. A minha área de especialização mais geral se vocês quiserem antropologia histórica. Tem algumas pessoas que se interessam por isso, por exemplo, o José Sobral no ICS, mas isso porque era um historiador que se transformou em antropólogo. Alguns historiadores estão interessados em usar conceitos antropológicos, mas são muito poucos, é um grupo muito pequeno. Várias vezes alunos me têm lido, mas porque que não faz um mestrado em antropologia-histórica? E a resposta é sempre “com quem?”. Eu não posso dar tudo sozinho e acaba por ser uma coisa que todos dizem que é ótimo, todos dizem que gostam muito, mas acabo fazendo isso mais ou menos sozinho. Portanto, no contexto da antropologia portuguesa, apesar de ter tido esse papel ao nível do ensino da antropologia e de ter, não posso ter formado, mas ter sido professor de quase toda nova geração dos professores, sempre fui um pouco um outsider e quando me convidaram para me apresentar para a presidência da APA, entendi o convite um pouco neste sentido: que estava na altura da APA deixar de ser o grupo mais ou menos restrito que tinha sido até então. Por razões históricas, pessoais, etc., a APA, depois de um início muito prometedora, passou por um período de menos atividade em que funcionou em certa medida um pouco mais como associação profissional do que como associação científica e depois esteve durante muitos anos radicada no ICS com as presidências do José Sobral e

depois da Susana Viegas, em que o João Pina Cabral também participou nas direções. Mas teve muitos anos, não lembro exatamente quantos, centrado no ICS, foram eles que organizaram os dois últimos congressos que foram os grandes e que de fato tiveram bastante êxito e havia um certo risco da APA estar demasiado associada como associação, como instituição, estar demasiada associada ao ICS. Eu nessa altura tinha acabado de me aposentar do Iscte de maneira que oficialmente estava sem amarras, entretanto, tinha havido um fenômeno novo que eu acho, apesar de algumas dificuldades, eu acho que é extremamente importante na antropologia portuguesa, que foi a criação do CRIA, o Centro em Rede de Investigação em Antropologia, que foi criado há cerca de dois anos, com encorajamento da FCT e que é simplesmente uma rede de centros de investigação em antropologia, que engloba toda a investigação antropológica em Portugal, tirando o ICS, que não pode - porque fazem parte de um laboratório associado e que estão integrados com os sociólogos e os outros e tem uma ligação direta com o ministério - e o Instituto de Ciências Sociais e Políticas da [Junqueira] não tinha nenhum centro que quisesse entrar. Eles ficaram voluntariamente fora, o ICS ficou burocraticamente de fora, mas basicamente os centros da Universidade Nova - e tinha 3 -, os CA's do Iscte, o Centro em Coimbra, o Centro no Minho, acabou por formar um centro único em rede que concorre enquanto tal para todos os concursos de projetos, etc. da FCT em que cada universidade tem o seu polo próprio que funciona de maneira semiautônoma. Por exemplo, no Iscte, o polo do Iscte do CRIA é um dos centros que fazem parte da orgânica do Iscte, tal como os CIES, mas está integrado numa rede de âmbito nacional. E aquilo veio mudar completamente o panorama porque imediatamente passa a ser possível no interior de uma mesma instituição, do mesmo centro de pesquisas, organizar núcleos e organizar linhas de investigação transversais que articulam todas as pessoas aqui no país, tirando as das instituições que ficam de fora, mas eles acabam também por se juntar, que trabalham numa certa área. Agora, isso por um lado é ótimo, e de fato alterou completamente os termos de discussão, por outro lado, é extremamente perigoso porque tem os dois centros que ficaram de fora, um dos quais o ICS, que tem importância bastante grande em termos de pesquisa antropológica, o outro tem menos em termos do tipo de antropologia social e cultural que nós fazemos, desenvolvem muito a primatologia e outras coisas, mas de qualquer maneira era importante que aparecesse alguém que não pertencesse a nenhum dos grupos ativamente engajados na pesquisa para tentar redefinir a relação da APA, enquanto associação científica de âmbito nacional, com as diferentes universidades, por um lado, e com

o esquema dos centros de pesquisa em que tem um polvo que domina quase tudo que é o CRIA. E, portanto, o próprio papel da APA acaba por ter que mudar nessa conjuntura. E foi nesse sentido primeiro que aceitei o desafio que me fizeram e depois que tentei compor uma direção que apresentasse uma ruptura bastante clara em relação aos grupos que até então tinham estado à frente, que tinham levado a associação da APA com algumas escolas. Dentro desse contexto, prioridades para a APA: uma - que tem a ver com aquilo que eu estava a dizer antes sobre Bolonha e as tarefas das ciências sociais - tentar esclarecer e depois intervir para impor uma imagem pública da antropologia. Já está em curso um projeto sobre o perfil do antropólogo em Portugal, está sendo coordenado pela Susana Viegas, que tomou inspiração de certa maneira do livro organizado pelo Trajano e pelo... Gustavo: os campos ou “O Campo da Antropologia no Brasil”, Que é fazer um levantamento do que as pessoas fazem, sobre que temas trabalharam, onde vão trabalhar depois, etc. e usar aquilo como base para a construção de um discurso sobre nós próprios, que depois pode ser veiculado junto dos jornais e etc., e que também pode servir de certa maneira para balizar um discurso e apresentar junto com editoras - então essa seria uma das vias de atuação. A outra articula os centros e os diferentes núcleos de pesquisa entre si e funcionar através da organização do congresso da APA que acaba por ser um acontecimento, esperamos que mais ou menos...

K.K. – É de dois em dois anos também?

R.R. – Três em três, dois em dois é demais. Terceiro, usar essas atividades para estabelecer relações prioritariamente, diria eu, mas aí eu sou suspeito, com o Brasil. Há essa coisa extremamente curiosa que eu falei em Belém, que mais de metade... Não, que menos de metade das comunicações apresentadas no último congresso da APA foram apresentadas por antropólogos portugueses. E que um terço ou um pouquinho mais de um terço foi por antropólogos brasileiros. Isso é uma coisa extremamente fora, extremamente inesperada, e que é preciso capitalizar em termos de fomentar pesquisas conjuntas, fundamentalmente essas. Também facilitar o movimento de jovens antropólogos brasileiros para Portugal e vice-versa, mas não só isso, sobretudo fazer pesquisas sobre terrenos comuns, não é o português estuda Candomblé em Portugal e articula com especialista do Candomblé em São Paulo. Não é isso. É: brasileiros e portugueses irem, por exemplo, estudar Cabo Verde, em conjunto. Esse é o tipo de coisa que de fato tem muito potencial e, secundariamente, estabelecer laços

com os espanhóis e italianos e que tem as relações menos desenvolvidas em termos de contatos internacionais e que poderiam perfeitamente ter muita coisa a dizer em termos de articulação com o eixo de língua portuguesa. E é claro, continuar participando na [inaudível], participando no Conselho Mundial das Associações de Antropologia, conversando com os americanos, mas colocando a coisa não em termos de um policentrismo de base nacional, mas em termos de criação de uma comunidade científica em que a língua acaba por funcionar. Uma língua não centrada em Portugal, como no caso daquela fotografia. Você chegou a ver a fotografia?

K.K. – Aham. Da apresentação da ABA?

R.R. – Não. A fotografia de que eu falei lá na ABA.

K.K. – Não estou me lembrando.

R.R. – A fotografia do casamento de uma alemã com um japonês em Curitiba.

K.K. – Eu me lembro de que você mencionou, mas eu não cheguei a ver a fotografia.

R.R. – Isso a propósito... Não, eu não mostrei a fotografia, pensei que fosse algo que você tivesse visto. A propósito da lusofonia, que é um discurso que tende muitas vezes a ser lusocêntrico. O exemplo que eu dou muitas vezes quando as pessoas me perguntam sobre a questão da língua portuguesa e a lusofonia é esta fotografia, que é a fotografia de um casamento entre uma alemã com seus parentes e um japonês com seus parentes, em Curitiba em 1928. Aí pergunto: que língua que eles falavam entre si? Claro, falavam português! E essa é uma dimensão da língua portuguesa que escapa completamente ao discurso oficial feito [inaudível] em Lisboa, que acaba por ser um discurso quando se trata de relações entre países. Porque é assim: os países se definem em termos da sua língua e é claro que a língua tem a sua origem em Portugal, acaba por ser isso. A importância está no outro plano.

K.K. – Robert, eu acho que a gente vai dar uma pausa para não te sobrecarregar, não é? E a Thaís também... E acho que a gente podia... Acho que pode parar.



[FINAL DO DEPOIMENTO]